

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
ESCOLA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, INOVAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Sallet Vieira

UMA ESTRUTURA PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS VOLTADAS AO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Passo Fundo
2023

Guilherme Sallet Vieira

UMA ESTRUTURA PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS VOLTADAS AO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, na linha de pesquisa Competitividade e Marketing, da Universidade de Passo Fundo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros

Passo Fundo

2023

CIP – Catalogação na Publicação

V658e Vieira, Guilherme Sallet
 Uma estrutura para o planejamento municipal de
 políticas públicas voltadas ao consumo sustentável [recurso
 eletrônico] / Guilherme Sallet Vieira. – 2023.
 1 MB ; PDF.

 Orientadora: Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros.
 Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade
 de Passo Fundo, 2023.

 1. Sustentabilidade. 2 Consumo (Economia). 3. Política
 pública. 4. Cidades-estados. I. Medeiros, Janine Fleith de,
 orientadora. II. Título.

 CDU: 658

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Guilherme Sallet Vieira

Uma estrutura para o planejamento municipal de políticas públicas voltadas ao consumo sustentável

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, na linha de pesquisa Competitividade e Marketing, da Universidade de Passo Fundo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros

Aprovada em 16 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros - PPGAdm/UPF

Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha - PPGAdm/UPF

Profa. Dra. Luciana Londero Brandli - PPGEng/UPF

Prof. Dr. José Luis Duarte Ribeiro - PPGEP/UFRGS

AGRADECIMENTO

Em primeiro momento, devo o mais profundo agradecimento à professora Janine. Obrigado pelo auxílio, pelas incríveis orientações, pelas conversas nos corredores da universidade, pelos puxões de orelha e, principalmente, pelo incentivo e dedicação. Obrigado por me apoiar e por acreditar em mim. Saúdo e agradeço a todos os demais professores do PPGAdm, assim como aos professores de outros programas. Agradeço também a Fabi e a Luci, nossas guias e resolvedoras de qualquer problema.

Agradeço a minha família, que me apoiou, me ouviu e me motivou a seguir em frente. Obrigado pai, obrigado mãe. Aos meus amigos e colegas de mestrado, obrigado pelos momentos de descontração dentro e fora da sala de aula (incluindo a sala de aula virtual). Obrigado aos amigos e colegas que frequentaram o Cepeac, sentirei falta de tomar tereré ou chimarrão com a Amanda, de conversar sobre coisas aleatórias com o Manoel e das idas ao shopping com o Matheus. Afinal, a gente sonhou junto, cada um com seus objetivos, e tivemos a oportunidade de evoluir juntos. Agradeço a Claudiana, a Andressa, a Karina e ao Cassiano pelo companheirismo nesse período, pelos jantares que viraram terapia e também motivação. Aprendemos muito juntos.

Obrigado a todos meus amigos de fora da comunidade acadêmica, que torceram por mim, que festejaram comigo, que me aconselharam, que me fizeram abrir os olhos quando necessário, e principalmente, que me motivaram e me entenderam. Obrigado por vibrarem ao meu lado, obrigado por viverem isso comigo.

Além disso, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiadora desta dissertação e de todo meu trabalho desenvolvido enquanto mestrando. Agradeço também a todos os gestores que responderam aos meus contatos e participaram do estudo, àqueles que ignoraram também. A ciência sobrevive.

Encerro meus agradecimentos assim como encerrei em 2020 o meu trabalho de conclusão de curso de graduação:

Fica aqui meu agradecimento, também, a você, leitor. Nós somos a ciência.

Até a próxima.

*O amanhã é hoje.
E hoje é o lugar da ação.*

Museu do Amanhã - Rio de Janeiro

RESUMO

A dissertação tem como objetivo desenvolver uma estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades de médio porte do interior do Rio Grande do Sul. Para isso, a pesquisa exploratória e qualitativa parte de entrevistas de profundidade com gestores públicos para que ações de promoção de consumo sustentável sejam analisadas, destacando seus principais facilitadores e inibidores. Os resultados mostram que as cidades estudadas dedicam-se para o desenvolvimento de políticas públicas no ambiente de tecnologia e infraestrutura. Aspectos motivacionais, de mudança de comportamento não recebem o mesmo foco. O desenvolvimento de fóruns e debates, criação de negócios inovadores e a facilidade de disseminação de informação foram citados como os principais facilitadores. Já os inibidores mais destacados foram a falta de leis federais, falta de fiscalização, de incentivo, regulamentação, capacidade de operacionalização e a falta uma pauta estruturada sobre o tema. A estrutura de análise proposta para orientar o desenvolvimento de políticas públicas à promoção do consumo sustentável nas cidades contempla quatro pontos do desenvolvimento de políticas e quatro intervenções para a promoção do consumo sustentável. A estrutura permite perpassar por várias áreas de atuação da instituição pública e promove que estratégias facilitadoras, encorajadoras, engajadoras e de exemplo sejam criadas. Além disso, é necessário que os formuladores de políticas públicas estejam dispostos a trabalhar sobre os olhos do consumo e do desenvolvimento sustentável e dispostos a promover uma mudança comportamental sustentável. Este estudo auxilia no debate do assunto e do papel dos governos locais, ainda necessita de pesquisas, ao entender que cada localidade é diferente. Dentro de cada município há diversas realidades, estudar sua dinâmica se torna um fator determinante para os gestores e pesquisadores.

Palavras-chaves: Consumo sustentável. Política pública. Cidades.

ABSTRACT

The dissertation aims to propose to develop an analysis structure that guides the development of public policies for the promotion of sustainable consumption in medium-sized cities in the countryside of Rio Grande do Sul. For this, the exploratory and qualitative research starts with in-depth interviews with public managers so that actions to promote sustainable consumption are analyzed, highlighting their main facilitators and inhibitors. The results show that the cities studied are dedicated to the development of public policies in the technology and infrastructure environment. Motivational aspects of behavior change do not receive the same focus. The development of forums and debates, the creation of innovative businesses and the ease of disseminating information were cited as the main facilitators. The most prominent inhibitors were the lack of federal laws, lack of supervision, incentive, regulation, operationalization capacity and the lack of a structured agenda on the subject. The structure of analysis proposed to guide the development of public policies to promote sustainable consumption in cities includes four points of policy development and four interventions to promote sustainable consumption. The structure makes it possible to go through several areas of activity of the public institution and promotes the creation of facilitating, encouraging, engaging and exemplary strategies. Furthermore, it is necessary for public policy makers to be willing to work with consumption and sustainable development in mind, and willing to promote sustainable behavioral change. This study helps in the debate of the subject and the role of local governments, it still needs research, to understand that each location is different. Within each municipality there are different realities, studying their dynamics becomes a determining factor for managers and researchers.

Keywords: Sustainable consumption. Public policy. Cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenvolvimento sustentável ao longo dos anos.	16
Figura 2: Despesa mundial de consumo final em US\$.	18
Figura 3: Fatores que permeiam o desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e inteligentes.	29
Figura 4: Passos metodológicos da pesquisa.	36
Figura 5: Facilitadores e inibidores de políticas de consumo sustentável.	47
Figura 6: Proposta de estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades.	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Consumo sustentável fraco e forte.	25
Quadro 2: Fatores promotores do desenvolvimento do consumo sustentável.	27
Quadro 3: Ações da gestão pública promotoras do consumo sustentável.	33
Quadro 4: Secretarias públicas das cidades estudadas.	38
Quadro 5: Estrutura de embasamento para instrumento de coleta de dados com gestores públicos municipais.	39
Quadro 6: Participantes de entrevistas com gestores.	41
Quadro 7: O consumo sustentável faz parte de alguma pauta da secretaria?	42
Quadro 8: Importância dos ODS na política pública.	43
Quadro 9: Estratégias desenvolvidas ou em desenvolvimento que promovam o consumo sustentável nas cidades estudadas.	43
Quadro 10: Questionamentos propostos para avaliação de políticas públicas de consumo sustentável.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação de cidades do Rio Grande do Sul, exceto a região metropolitana do estado, em regiões de influência.	37
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

10-YFP	<i>10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns</i>
A3P	Agenda Ambiental para a Administração Pública
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECOSOC	<i>Economic and Social Council</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RSA	Responsabilidade Socioambiental
SCP	<i>Sustainable consumption and production</i>
TCP	Teoria do Comportamento Planejado
TCA	Teoria da Ação Racional
UNCED	<i>United Nations Conference on Environment and Development</i>
UNECE	<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS	18
<i>1.2.1 Objetivo geral</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2 Objetivos específicos</i>	<i>18</i>
1.3 JUSTIFICATIVA	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 CONSUMO SUSTENTÁVEL	22
<i>2.1.1 Fatores promotores do desenvolvimento do consumo sustentável</i>	<i>26</i>
2.2 IMPORTÂNCIA DE AÇÕES PÚBLICAS PROMOTORAS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL EM CIDADES	28
<i>2.2.1 Cidades como promotoras de estratégias sustentáveis</i>	<i>28</i>
<i>2.2.2 Ações públicas promotoras do consumo sustentável</i>	<i>30</i>
3 MÉTODO	34
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	34
3.2 ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS	35
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1 ENTREVISTA COM GESTORES PÚBLICOS	39
4.2 PROPOSTA DE ESTRUTURA DE ANÁLISE	46
<i>4.2.1 Etapa I: definição da agenda</i>	<i>47</i>
<i>4.2.2 Etapa II: formulação da política pública</i>	<i>49</i>
<i>4.2.3 Etapa III: implementação</i>	<i>50</i>
<i>4.2.4 Etapa IV: avaliação</i>	<i>50</i>
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5.1 LIMITAÇÕES	57
5.2 SUGESTÃO PARA ESTUDOS FUTUROS	58
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1950 e 1960 o conceito de desenvolvimento se manteve concentrado no aumento da produção econômica junto ao crescimento econômico. Na década de 1970 a crescente percepção de pobreza chamou a atenção de países em desenvolvimento, gerando preocupação e fortalecendo a discussão na área ambiental para que se tornasse tópico a ser debatido nos anos seguintes (WAAS *et al.*, 2011). Portanto, foi entre as décadas de 1960 e 1970 que as ideias sobre conflitos entre sustentabilidade, progresso, crescimento e desenvolvimento começaram a ser ampliadas, sofrendo influência e motivação de filmes, músicas, da mídia e de programas de televisão que popularizaram a ideia de uma possível crise ambiental (DU PISANI, 2006).

Desenvolvimento sustentável é definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD - *World Commission on Environment and Development - WCED*) como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 35). Esse conceito é um equilíbrio entre o meio ambiente, economia e sociedade e esses três pilares visam a reorientação do desenvolvimento de forma sustentável para que os avanços da sociedade sejam sustentados (MEADOWCROFT, 2007).

Precedidas por discussões, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em 1972, que buscava assegurar direitos a um ambiente saudável e produtivo às famílias, cientistas chamaram a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU) para problemas ambientais complexos e urgentes que relacionavam o aquecimento global à sobrevivência na terra. A degradação ambiental sendo vista como um efeito colateral de ricas e grandes nações fez com que a questão fosse considerada medida de sobrevivência para nações em desenvolvimento. Então levantou-se a necessidade de que ações de desenvolvimento e sustentabilidade fossem discutidas juntas, resultando o ‘Relatório da CMMAD: Nosso Futuro Comum’, em 1987 (WCED, 1987). Outros fatores foram importantes para que o assunto ganhasse força, como a primeira crise de petróleo em 1973, alertando sobre as possíveis consequências da escassez do recurso e o relatório do ‘Clube de Roma’, no início dos anos 1970, informando que a Terra possui suprimentos limitados de recursos e que, se ultrapassado esse limite, terminaria em catástrofe (DU PISANI, 2006).

Na década de 1980 o desenvolvimento sustentável era visto e defendido apenas como uma frase de efeito que se tornaria irrelevante com o passar dos anos. Todavia, diferentes pressões fizeram com que o conceito se tornasse significativo para o desenvolvimento de

políticas nacionais e internacionais (MEBRATU, 1998). A adoção do modelo como líder pela comunidade internacional foi motivada pela recorrente crise ambiental e desigualdades no desenvolvimento global do final do século XX (WAAS *et al.*, 2011), apoiada pela percepção de que esses problemas eram gerados pelo modo contemporâneo de consumo e produção (TUKKER *et al.* 2010).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*The United Nations Conference on Environment and Development - UNCED*), também conhecida como Cúpula da Terra foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), em junho de 1992, e foi a maior conferência já realizada sobre o tema. Também foi a primeira vez em que chefes de Estados ou de governo (179 países) se reuniram junto com mais de três mil Organizações Não-governamentais (ONGS). A conferência foi realizada devido à comemoração de 20 anos da primeira Conferência do Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Um dos principais resultados da Cúpula da Terra foi a Agenda 21, um programa de ações com novas estratégias para que o desenvolvimento sustentável fosse alcançado no século 21 (UN, 2021; ELLIOTT, 2012).

Outros eventos foram realizados ao longo dos anos desde a definição do conceito de desenvolvimento sustentável para debater os avanços mundiais, apresentando resultados por meio de relatórios, declarações, resoluções e ações (TOMISLAV, 2018), como a ‘Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável’ (*The United Nations World Summit on Sustainable Development - WSSD*) em 2002, em Joanesburgo (África do Sul) e a ‘Rio+20’, em 2012, novamente no Rio de Janeiro (Brasil), para abordar novas ações e analisar o progresso e resultados das cúpulas passadas (ELLIOTT, 2012)

A inclusão do debate a respeito do consumo e produção sustentável foi progressivamente ganhando espaço desde a Cúpula da Terra, em 1992, e ainda mais força na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, no qual uma estrutura de apoio para promoção de métodos de consumo e produção sustentáveis foi desenvolvida e debatida novamente na conferência Conferência Rio+20, em 2012 (GASPER *et al.*, 2019). O Quadro de Programas de 10 Anos para Padrões de Consumo e Produção Sustentáveis (*10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns - 10-YFP*) desenvolvido em Joanesburgo, em 2002, foi reafirmado na Rio+20 onde identificou prioridades do consumo e produção, promovendo estratégias globais e regionais para a promoção de forma sustentável (UNEP, 2017).

Em 2015, em Nova Iorque (Estados Unidos da América), a Agenda 2030 foi publicada na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (*The United*

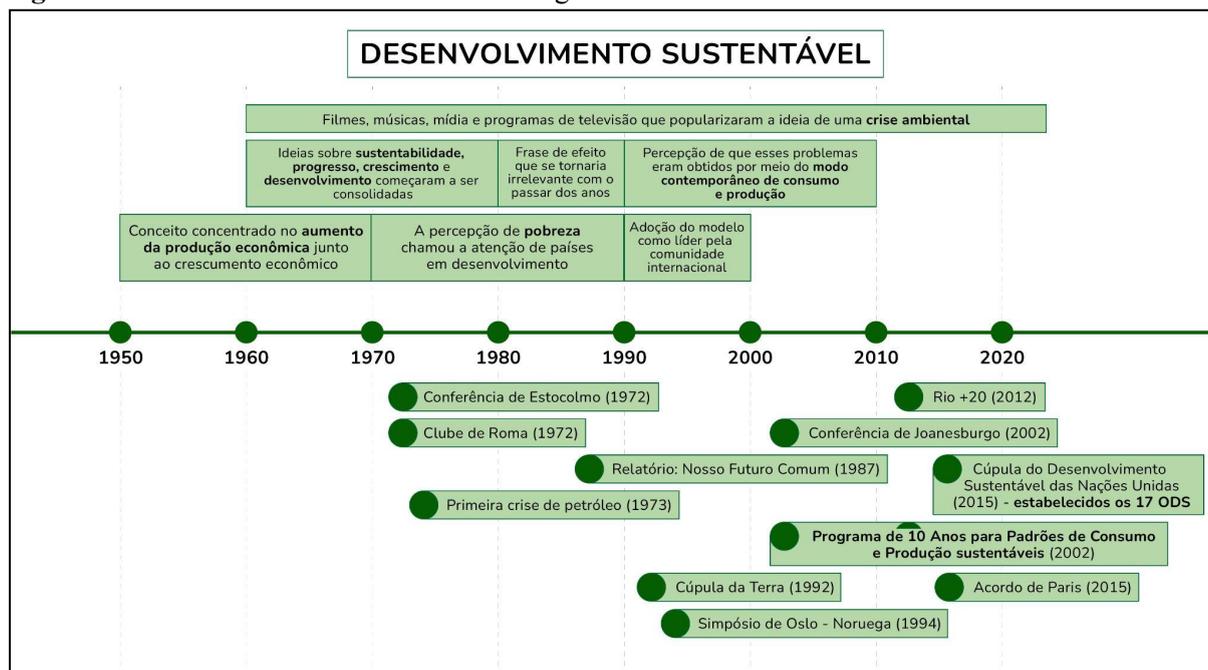
Nations Sustainable Development Summit), estabelecendo os 17 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que devem ser alcançados até 2030 (UN, 2015; TOMISLAV, 2018), incluindo o foco para alcançar padrões de consumo e produção sustentáveis (GASPER *et al.*, 2019).

De acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, produção e consumo sustentável (tradução literal para *sustainable consumption and production - SCP*) é o aumento da eficiência de recursos e promoção de estilos de vida sustentáveis, desassociando o crescimento econômico com a degradação ambiental (UN, 2020). A promoção do consumo e produção sustentáveis junto à prevenção e redução da poluição ambiental são fundamentais para que a capacidade de sustentar a vida da Terra seja respeitada (NASH, 2009). Segundo Blok *et al.* (2015), as organizações possuem um papel importante como agentes que implementam processos de produção, sendo fundamentais para avanços da produção sustentável, ainda estão próximas aos consumidores, facilitando a influência de comportamentos de consumo.

Ao longo dos anos, um processo significativo foi adotado em nível global para diminuir as causas refletidas da produção e consumo insustentáveis, graças à promoção do desenvolvimento sustentável, principalmente voltadas para a produção, como poluição do ar e da água derivados de eventos e políticas internacionais (como já apresentado e, sintetizado, na figura 1). Porém, o lado do consumo também causa consequências ao meio ambiente, principalmente pelo crescimento de padrões insustentáveis de comportamentos consumistas (LIU *et al.*, 2016).

Considerando a linha de pesquisa da qual essa dissertação faz parte, entende-se que as estratégias de consumo sustentável necessitam de políticas públicas que as instiguem (neste estudo não se analisa produção, apenas consumo como objeto de estudo). Essas práticas podem ser desenvolvidas de diversas formas, como com o uso de estratégias de marketing e/ou comunicação (DAGEVOS & VOORDOUW, 2013; KANG *et al.*, 2019; NGUYEN *et al.*, 2019; FRANCIS & SARANGU, 2022; PROTHERO *et al.*, 2011) ou por meio do fomento ao desenvolvimento de organizações inovadoras (CAMILLERI, 2021; FRANCIS & SARANGU, 2022; ELKINGSTON, 1997; MICHAELIS, 2003; KHALILI *et al.*, 2011; KANG *et al.*, 2019).

Figura 1: Desenvolvimento sustentável ao longo dos anos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em WCED, 1987; Mebratu, 1998; Du Pisani, 2006; Nash, 2009; Waas *et al.*, 2011; Elliott, 2012; Liu *et al.*, 2016; Unep, 2017; Tomislav, 2018; Gasper *et al.*, 2019; UN, 2021.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Em 2010, o Brasil registrou que 84,3% dos brasileiros (do total populacional de 190,7 milhões) vivem em áreas urbanas, uma rápida transformação quando comparado a 1950, no qual apresentava que 32,2% da população (de 51,9 milhões) viviam em localidades urbanas, exigindo que políticas públicas fossem re-orientadas para o desenvolvimento do país (FARIAS *et al.*, 2017). Assim como no mundo todo, as taxas de crescimento urbano no Brasil apresentam elevações, sendo foco importante para os estudos no campo da sustentabilidade, pois, segundo Vergragt *et al.* (2016), faz com que as cidades não tenham condições de ser sustentáveis, porém são importantes para que a sustentabilidade seja concretizada.

O relatório *The Future of Urban Consumption in a 1.5°C World*¹ da ONG C40 Cities (2019) estima que o consumo urbano necessita sofrer diminuições nos próximos anos, a organização propõe que até 2030 seja necessária queda de 50% no consumo para evitar o colapso climático, principalmente pela emissão de gases poluentes. Aponta ainda que as economias em desenvolvimento necessitam da adoção de medidas para alcançar o consumo

¹ O relatório publicado pela C40 Cities (2019) tem como objetivo avaliar o impacto do consumo urbano auxiliando para a degradação climática, apresentando escalas que auxiliem cidades na redução da emissão de gases do efeito estufa.

sustentável. Além disso, o consumo doméstico tem responsabilidade, de maneira direta e indireta, em mais de 70% das emissões de dióxido de carbono no mundo todo (GANGLMAIR-WOOLISCROFT, WOOLISCROFT, 2022). As emissões podem afetar diretamente em problemas ambientais, causando danos significativos devido ao aquecimento global (GLAESER, KAHN, 2010). Outros gases também estão ligados ao consumo, como os gases de efeito estufa, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e flúor, emitidos pela produção de diferentes bens e serviços. Com isso, emerge o conceito de pegada de carbono (massa de dióxido de carbono emitida), um importante indicador para empresas, consumidores e formuladores de políticas (HERTWICH, PETERS, 2009).

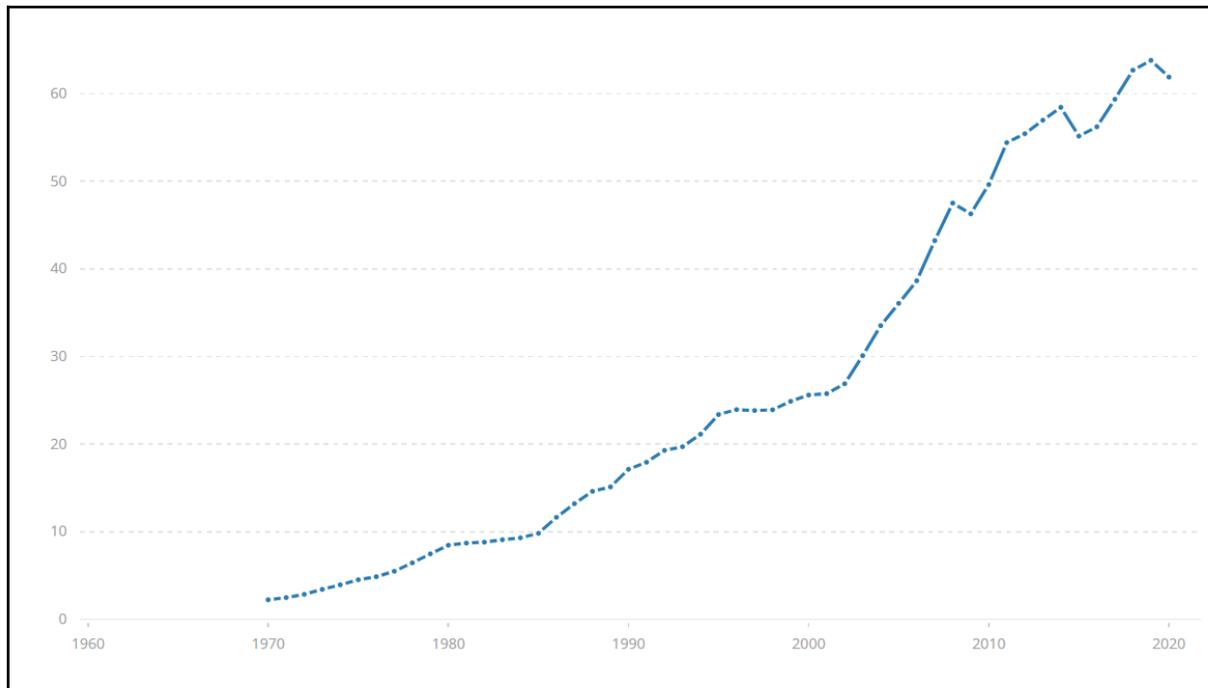
Segundo o relatório (C40 Cities, 2019), o consumo urbano de forma insustentável em crescimento é um importante impulsionador para as mudanças climáticas. Ainda, o relatório apresenta que governos municipais são capazes de fornecer até 35% das reduções de consumo necessárias por conta própria e, essas reduções podem acontecer nas diversas categorias de consumo, como construção e infraestrutura (26% até 2030; 44% até 2050), alimentação (36% até 2030; 60% até 2050), transporte privado (28% até 2030; 39% até 2050), vestuário e têxteis (39% até 2030; 66% até 2050), eletrônicos e eletrodomésticos (18% até 2030; 33% até 2050) e aviação (26% até 2030; 55% de 2050). E afirma que a redução ou consumo de maneira sustentável traz benefício amplo tanto para a cidade quanto para os moradores em diversas áreas, como melhoramento de saúde, segurança, habitação acessível e outros.

A figura 2 apresenta, em dólares, a despesa de consumo final mundial, somando as despesas finais familiares (privado) e as despesas de administração pública. Segundo o World Bank (2022), o último ano com dados coletados, 2020, teve aumento de mais de 27 vezes quando comparado com o primeiro ano de coleta (1970), chegando a 61,88 trilhões de dólares e um aumento de 24% quando comparado com a última década, com gasto de 49,61 trilhões de dólares em 2010.

Esse aumento reflete em outros setores, como na geração de resíduos. Dados do Banco Mundial (SILPA *et al.* 2018) mostram que globalmente gera-se 2,1 bilhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, com cerca de 33% sem gerenciamento ambiental seguro. Além disso, o estudo espera que o valor chegue a 3,4 bilhões de toneladas até 2050, aumento maior que o crescimento populacional estimado. Caso os padrões de consumo e de produção não sofram alterações importantes, o planeta necessitará de 183 bilhões de toneladas de materiais por ano para sobreviver, três vezes mais que a quantidade atual. Além disso, anualmente de 4,8 a 12,7 milhões de toneladas de plásticos são despejados em oceanos.

O lixo eletrônico sofre um aumento anual de 4 a 5%, gerando mais de 40 milhões de toneladas (UN, s.d.).

Figura 2: Despesa mundial de consumo final em US\$.



Fonte: World Bank (2022).

As pesquisas a respeito do consumo sustentável tem avançado. Todavia, embora já venha sendo trabalhado com a academia, comunidade empresarial, governos e outros ambientes para realizar mudanças em práticas insustentáveis, ainda necessita de abordagens para que se torne mais abrangente conforme a economia global cresce de forma insustentável (PROTHERO *et al.*, 2011). Waas *et al.* (2011) apontam que não está claro se a sociedade será capaz de adotar novas perspectivas em prol do desenvolvimento sustentável.

Para Spaargaren (2003), nos quadros políticos, os objetivos pró-ambientais utilizados na formulação de estratégias são puramente técnicos, dirigidos apenas a atores institucionais voltados para o ambiente de produção (principalmente industrial). O autor afirma a importância de outros setores como ponto de partida para formulação de políticas, como vestuário, moradia, esporte, alimentação, viagens e lazer, para que sejam levados em consideração os estilos de vida e a sua reformulação. Partindo disto, Köhler *et al.* (2019) corroboram apresentando a necessidade de transições urbanas, reconfiguração do sistema, importância do papel do usuário, a estrutura de governança e suas relações de poder para a transição à sustentabilidade. O estudo de Reike *et al.* (2018) elenca a importância do governo,

assim como as empresas e a academia, como os três principais grupos que implicam para a promoção de estratégias sustentáveis, pois o direcionamento de mecanismos e metas deve ser papel dos formuladores de políticas, para que se tenha retorno positivo ambiental.

Diante do exposto e a fim de colaborar com conhecimento, o presente estudo tem como pergunta de pesquisa: **como políticas públicas² auxiliam na promoção do consumo sustentável em cidades de médio porte do interior do Rio Grande do Sul?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O estudo tem como objetivo geral desenvolver uma estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades de médio porte do interior do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar ações promovidas pelo poder público que contribuem para promoção do consumo sustentável em cidades;
- b) Conhecer facilidades e entraves do poder público na criação e promoção do consumo sustentável;
- c) Relacionar os dados coletados com a literatura encontrada e propor sequência para orientação do desenvolvimento de políticas públicas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A sociedade é capaz de comprometer as formas de atender as necessidades da população. Muitas soluções apresentadas resolvem problemas imediatos, gerando, posteriormente, problemas ainda maiores (WCED, 1987) principalmente pelos processos de mudanças e formulação de políticas governamentais entrelaçados e complexos, o que, para Vergragt *et al.* (2016) é fator importante a ser estudado. Segundo Elliott (2012, p. 11), está

² Será utilizado o termo “política pública” pela ótica de que “compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos sendo os personagens envolvidos nesses conflitos denominados ‘atores políticos’” (MMA, 2009, p. 14).

evidente que “o desenvolvimento sustentável é considerado um desafio central e importante para organizações internacionais como as Nações Unidas e para governos em todo o mundo”.

Nash (2009) aponta que o consumo e a produção sustentável são importantes para a diminuição do agravamento do aquecimento global, principalmente pelo uso de materiais, geração de resíduos, resíduos perigosos, poluição e esgotamento de recursos culminando em danos irreversíveis ao meio ambiente, fazendo-se necessário estruturas que apoiem a prática sustentável.

Pesquisas, tanto em nível local quanto nacional, a respeito do consumo sustentável vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos (CAMMARELLE, 2021; CALZOLARI *et al.*, 2021; GARCIA *et al.*, 2021; VALENTIN, 2021; DAWKINS *et al.*, 2019; GANGLMAIR-WOOLISCROFT; WOOLISCROFT; 2022 ; KANG *et al.*, 2019; MUPOSHI *et al.*, 2021; NGUYEN *et al.*, 2019; PALM *et al.*, 2019; SCHRÖDER *et al.*, 2019) e apontam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas específicas direcionadas, como Kiss *et al.* (2018) sugerem o estudo da relação entre a dinâmica institucional de políticas e o consumo sustentável. Ou então, como Galati *et al.* (2022) propõem, que os formuladores de políticas fomentem pesquisas no campo para que hábitos da população específica sejam estudados e, então, estratégias focadas sejam desenvolvidas.

Embora tenha-se debatido de forma internacional e global sobre consumo sustentável, estudar em nível local se torna fundamental pois são ambientes essenciais para atingir os objetivos sustentáveis, principalmente pela percepção de que o consumo sustentável não é alcançado apenas pelo comportamento do consumidor, mas também pelas intervenções governamentais que entram como reguladores de discursos, incentivos, normas e infraestrutura (DAWKINS *et al.* 2019). Fuchs (2013) corrobora afirmando que as responsabilidades de adoção da prática de consumo sustentável não deve ficar restrita apenas ao consumidor, pois sofre interferência de contextos políticos, culturais, sociais e econômicos. Com isso, as cidades não devem ser consideradas problemas a serem extintos, e sim foco para que estilos de vida e padrões de consumo e produção tenham transações sustentáveis, tornando um importante local de estudo da área (VERGRAGT *et al.*, 2016). Glavic (2021) defende que só existem duas maneiras para alcançar o consumo sustentável: por meio de educação e de pressão da legislação.

Tukker *et al.* (2008) afirmam que o consumo sustentável é considerado relevante em diversas esferas políticas com a utilização de instrumentos de redução de impacto ambiental sejam por meio de impostos e subsídios, regulamentação, educação, empoderamento local ou compras públicas. Araújo *et al.* (2021) apresentam que estudos que analisam atores que

promovam o consumo sustentável ainda precisam ser desenvolvidos, assim como desenvolver estratégias e estruturas que instiguem a prática do consumo sustentável.

Akenji (2014) propõe que governos, mesmo com a adoção de questões ambientais em suas políticas, fomentem apenas o consumismo verde, não o consumo sustentável. Segundo o autor, essas políticas públicas, muitas vezes, fornecem uma falsa ilusão de progresso de pautas urgentes que afetam a mudança de estruturas, isso porque o consumismo verde visa a promoção e produção de produtos ou serviços com base em seus aspectos pró-ambientais, já o consumo sustentável objetiva a eco-eficiência de consumo, redução de consumo unitário devido a eficiência, tanto no processo como no produto/serviço, assim tem-se a importância de estudos neste ambiente.

Nesse sentido, Meadowcroft (2007) apresenta o conceito de governança para o desenvolvimento sustentável (tradução literal para *governance for sustainable development*), no qual processos de governanças sociopolíticas são orientadas ao desenvolvimento sustentável, resultando em debates, decisões, formulação e implementação de políticas por meio de autoridades públicas, empresas privadas e sociedade civil. Jackson (2009) apresenta a necessidade da mudança da lógica social do consumismo por meio de alternativas confiáveis e reais à população, indo além do fornecimento de sistemas básicos, como alimentação, habitação e transporte. Então, Jackson (2009, p. 158) questiona na ótica da natureza e o papel do governo: “como alcançar uma prosperidade compartilhada em uma sociedade pluralista? Quais os mecanismos para alcançar esse equilíbrio?”. Lorek e Vergragt (2015) também apontam a responsabilidade dos governos como fator importante para a eliminação de padrões de consumo insustentáveis, da necessidade de pressioná-los a assumir responsabilidades e desenvolver estratégias. Shaker e Sirodov (2016) afirmam que cabe aos cientistas que auxiliem os formuladores de políticas para o planejamento do desenvolvimento sustentável de forma geral. Além disso, é necessário que, além dos governos locais, haja colaboração de moradores, empresas, sociedade civil e governos nacionais (C40 CITIES, 2019).

Venghaus e Henseleit (2022) sugerem que pesquisas sejam desenvolvidas no campo de desenvolvimento de políticas públicas ao consumo sustentável, como o monitoramento constante para determinar se mudanças estão sendo reproduzidas, principalmente no que tange o estilo de vida e comportamento de consumo. Goyal *et al.* (2022) apontam que, para que o desenvolvimento sustentável seja aplicado na esfera de consumo e também de produção, o governo, como principal responsável pelas políticas públicas, deve garantir a qualidade e confiabilidade dependendo da alta administração governamental para assegurar a

formulação e aplicação dessas estratégias. Além disso, apresentam que estudos nessa área auxiliam gestores, formuladores de políticas, governo e pesquisadores da área na promoção ambiental eficiente no consumo.

Para além disto, a transformação para a sustentabilidade em nível social está conectada às mudanças de padrões de consumo e estilos de vida. Com isso, Kiss *et al.* (2018) apresentam que o estudo do consumo sustentável como conceito complexo que atua no ambiente econômico, ecológico e social necessita ferramentas complexas de análise e aplicações, incluindo atores, formulação e intervenção política. Em relação ao comportamento dos consumidores, Lorek e Fuchs (2013) relatam que restrições estruturais são impeditivas para a prática do consumo sustentável. Já o setor empresarial opta pelo seu papel na promoção ecoeficiente, não se responsabilizando pelas práticas de consumo. Segundo as autoras, esses pontos influenciam para que o governo se posicione a respeito do consumo sustentável.

Mundialmente ações já estão sendo tomadas para que resultados positivos ao meio ambiente sejam obtidos por meio do consumo. Para exemplo, o relatório ‘Consumo e Pegada do Consumidor: metodologia e resultados’ desenvolvido pela União Européia (SALA *et al.*, 2019) busca monitorar a produção e o consumo sustentável e o relatório ‘Mundo urbano: os consumidores globais a serem observados’ desenvolvido pelo McKinsey Global Institute (DOBBS *et al.*, 2016), que apresenta como o crescimento populacional gera mudanças na maneira de consumo do mundo entre outros.

No Brasil, sustentabilidade econômica, social e ambiental abrem debate para que atores públicos insiram essas variáveis em políticas públicas. Porém sua aplicabilidade esbarra em diversos obstáculos, como falta de base de dados ambientais, falta de recursos financeiros e fragilidade institucional. Para isso, foi criada a Agenda Ambiental para a Administração Pública (A3P), em 1999, que tem como objetivo incentivar a adoção de novos padrões de consumo e produção dentro de governos (federal, estadual e municipal) (MMA, 2009). O desenvolvimento dessa Agenda foi motivado por programas e políticas de Responsabilidade Socioambiental (RSA), como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, 1981). A PNMA visa preservar, recuperar e melhorar a qualidade ambiental com desenvolvimento sócio-econômico alinhado às condições ambientais junto à segurança nacional e a dignidade da vida humana. Ao todo, 537 instituições governamentais adotaram a agenda, destas, 176

são da esfera municipal³, 166 estaduais e 195 federais (PORTAL A3P, s.d.a). Além disso, o Programa Cidades Sustentáveis⁴ (PCS, s.d.a) por meio de 12 eixos temáticos alinhados aos ODS, tem como objetivo sensibilizar e mobilizar governos locais para que políticas públicas sejam implementadas tornando a cidade mais sustentável e justa.

³ No Rio Grande do Sul aderiram à agenda seis prefeituras, das cidades de Alegrete, Mostardas, Porto Alegre, Xangri-lá e Rio Grande (PORTAL A3P, s.d.b).

⁴ No Rio Grande do Sul, são signatárias cinco cidades: Bagé, Lavras do Sul, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria (PCS, s.d.b).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo apresenta conceitos pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, como aponta Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica possui inúmeros fatores a serem levados em conta, como a natureza do problema de estudo, a disposição de materiais sobre o assunto, entre outros. Em primeiro momento será apresentado o conceito de consumo sustentável para que, posteriormente, possam ser discutidos os fatores que promovem o consumo e o papel das cidades.

2.1 CONSUMO SUSTENTÁVEL

Após a comunidade científica notar, na década de 1970, que a não adoção do desenvolvimento sustentável levaria ao colapso ambiental e econômico, várias tentativas para garantir a sobrevivência humana foram adotadas e estimuladas, incluindo diversos encontros mundiais (WCED, 1987; ELKINGTON, 1997; DU PISANI, 2006; ELLIOTT, 2012; TOMISLAV, 2018).

Com isso, os padrões de consumo e produção sustentáveis ganharam destaque no ambiente internacional (WANG *et al.*, 2019). Esses destaques aconteceram, em primeiro momento, na conferência “Cúpula da Terra” (Brasil) em 1992, promovendo que esses padrões fossem aplicados por países desenvolvidos. Após 10 anos, no “Plano de Implementação de Joanesburgo” (África do Sul) em 2002, a importância desse assunto foi reafirmada e, em 2012, no “Rio + 20” (Brasil), foi desenvolvido um projeto de 10 anos para aumentar a cooperação internacional facilitando e apoiando interações rumo ao consumo e produção sustentável (AKENJU; BENGTTSSON, 2014). Devido ao crescimento da consciência dos consumidores a respeito da importância da proteção ambiental e também as severas regulamentações e encontros internacionais, os problemas ambientais surgem na mídia levantando questionamentos para que as pesquisas em marketing verde busquem fatores que encorajem os consumidores à compra de produtos verdes (TSENG; HUNG, 2013; CHEKIMA, *et al.* 2016).

Mesmo após a atenção internacional, o conceito de consumo sustentável não possui um consenso do que é ou como deveria ser (DAWKINS *et al.*, 2019). O Simpósio de Oslo, realizado em 1994 na Noruega (OSLO ROUNDTABLE, 1994) define como consumo sustentável a utilização de bens e serviços “que atendem às necessidades básicas e trazem melhor qualidade de vida, minimizando o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e

emissões de resíduos e poluentes ao longo o ciclo de vida, de modo a não comprometer as necessidades das gerações futuras”.

Tunn *et al.* (2019, p. 325) definem consumo sustentável como a busca por “moldar e satisfazer as necessidades do consumidor para reduzir continuamente os impactos negativos do consumo no meio ambiente e na sociedade em geral”. Ainda segundo os autores, para que isso ocorra, a produção sustentável deve ser levada em consideração. Ou seja, pelo olhar econômico, o consumo sustentável visa deixar de produzir muitos produtos insustentáveis para que possa ser produzidos serviços e infraestruturas sustentáveis (LOREK; VERGRAGT, 2015). Assim como afirmam Fuchs e Lorek (2005), o consumo sustentável visa eficiência de consumo elevado, a redução de consumo unitário tendo em vista os processos de produção eficientes e amigáveis. Para isso, segundo os autores, está concentrado em dois desenvolvimentos: consumo sustentável fraco e forte, como mostra o quadro 1.

Quadro 1: Consumo sustentável fraco e forte.

Consumo sustentável	Definição	Exemplo
Fraco	Consumo eficiente, como desenvolvimento de novas tecnologias. Enfatiza a inovação mercadológica.	Desenvolvimento de um carro que utilize 3 L de combustível para percorrer 100 KM em vez de um que utilize 10 L pelo mesmo trajeto.
Forte	Mudança nos padrões de consumo e redução de consumo. Enfatiza a inovação social.	Instigar viagens de trem.

Fonte: Fuchs e Lorek (2005), Lorek e Fuchs (2013).

Lorek e Fuchs (2013) defendem o debate que se concentra no consumo sustentável forte como aquele em que a abordagem possui foco em questão de mudança de percepções e ações na esfera social. Ainda segundo as autoras, grande parte da literatura sobre o tema é da abordagem fraca do consumo sustentável, focada apenas em melhoria de tecnologia, deixando outros fatores importantes de lado. A sustentabilidade forte afirma que o capital natural é insubstituível e ecossistemas saudáveis são de extrema importância para a sociedade e por isso devem ser protegidos (PRESS, 2021).

No campo do desenvolvimento de políticas públicas para a adoção do consumo sustentável, seja em nível macro ou micro, Lorek e Fuchs (2013) afirmam que o desenvolvimento de ações consideradas fortes enfrenta desafios. Segundo as autoras, as decisões políticas estão orientadas para a compra e produção cada vez maior de produtos melhores, e não pensadas para mudar estilos de vida ou até a compra e produção em menor

escala. Citam que há desafios para a adoção de práticas fortes do consumo sustentável pois “não está alinhado com a visão de mundo política e societária dominante, principalmente a crença no crescimento econômico como receita para curar todos os males” (p. 39) e apontam que pressionar governos é fundamental para que a estratégia seja seguida.

Fuchs (2013) apresenta que, além de ser multifacetada e abrangente, o consumo sustentável é desafiador, tanto para a política como para a ciência. A autora apresenta que é necessário que todos estejam cientes que os pilares políticos-econômicos da sociedade sofrem alterações. Corroborando, Spangenberg (2014) afirma que a adoção de critérios socioambientais para as estratégias de consumo sustentável necessitam de um profundo conhecimento do conceito junto às novas configurações institucionais da sociedade.

Lorek e Vergragt (2015) apontam que não há um conceito universal quando se pesquisa no campo do consumo sustentável e distribuem em três âmbitos a pesquisa do tema: (i) pesquisa a respeito de prática e padrões de consumo, (ii) distinção entre práticas coletivas e individuais associadas ao estilo de vida consumista e a influência cultural e (iii) aspectos econômicos conectados aos aspectos materiais e culturais.

2.1.1 Fatores promotores do desenvolvimento do consumo sustentável

Consumo sustentável, como visto anteriormente, é um assunto amplo apoiado por diversos significados e denominações (LOREK, VERGRAGT, 2015). Alguns tópicos e fatores importantes para o desenvolvimento do consumo sustentável são citados e reafirmados por pesquisadores de diferentes setores, como mostra o quadro 2.

Diante disto, pode-se destacar alguns fatores que auxiliem na promoção do desenvolvimento do consumo sustentável apresentados por Lebel e Lorek (2008), como a diminuição da utilização de matéria para produção de produtos, produção consciente, oferecer mais serviços em vez de produtos, certificações e rótulos, reutilizar ou reciclar produtos (economia circular, por exemplo), comercialização ética, compra ética e responsável, utilizar apenas o necessário e desenvolver consciência e sabedoria sustentável.

Assim como Lebel e Lorek (2008), Tukker *et al.* (2010) classificam pontos diferentes que alavancam padrões estratégicos sustentáveis de consumo e produção, desde a extração de recursos até o consumo final. Essas estratégias compreendem: (a) tornar a produção mais verde, reduzindo o impacto de suas atividades no meio ambiente; (b) tornar produtos e serviços mais verdes, diminuindo o uso de material e energia que impacte o meio ambiente; (c) intensificar o uso, promover ações orientadas ao uso; (d) tornar padrões de consumo mais

verdes, promover mudanças de consumo alternativas e de menor impacto; e (e) reduzir o volume de consumo, com a qualidade de vida mantida.

Quadro 2: Fatores promotores do desenvolvimento do consumo sustentável.

Fatores	Autores
diminuição da utilização de matéria para produção de produtos	Lebel e Lorek (2008); Tukker <i>et al.</i> (2010); Corvellec (2016)
oferecer mais serviços em vez de produtos, orientação ao uso	Lebel e Lorek (2008); Tukker <i>et al.</i> (2010);
certificações e rótulos sustentáveis	Lebel e Lorek (2008); Hasbullah <i>et al.</i> (2022); Francis e Sarangi (2022)
comercialização/sistema ético	Lebel e Lorek (2008); Morone <i>et al.</i> (2019)
eficiência da cadeia de suprimento	Morone <i>et al.</i> (2019)
compra ética e responsável	Lebel e Lorek (2008); Corvellec (2016)
estilo de vida e cultura	Schröder <i>et al.</i> (2018)
garantia de qualidade de vida do produto	Tukker <i>et al.</i> (2010); Calzolari, <i>et al.</i> , (2021)
incentivo econômico	Michaelis (2003); Khalili <i>et al.</i> (2011)
iniciativas de sensibilização	Kempen, Betzler (2021); Corvellec (2016)
educação ambiental	Hasbullah <i>et al.</i> (2022); Khalili <i>et al.</i> (2011); Nguyen <i>et al.</i> (2019)
campanhas de conscientização	Hasbullah <i>et al.</i> (2022); Kang <i>et al.</i> (2019); Khalili <i>et al.</i> (2011); Nguyen <i>et al.</i> (2019)
consciência social	Morone <i>et al.</i> (2019);
estratégias de negócios	Michaelis (2003); Khalili <i>et al.</i> (2011); Kang <i>et al.</i> (2019)
estrutura eficiente	Lorek e Fuchs (2013); Nash (2009); Kang <i>et al.</i> (2019); Morone <i>et al.</i> (2019)
políticas públicas e/ou governamentais	Khalili <i>et al.</i> (2011); Hauslbauer <i>et al.</i> (2022); Lorek e Vergragt (2015); Kang <i>et al.</i> (2019), Morone <i>et al.</i> (2019); Nguyen <i>et al.</i> (2019); Sharma <i>et al.</i> (2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Lebel e Lorek (2008), Tukker *et al.* (2010), Michaelis (2003), Kempen, Betzler (2021), Corvellec (2016), Schröder *et al.* (2018), Hasbullah *et al.* (2022), Khalili *et al.* (2011), Calzolari, *et al.*, (2021); Hauslbauer *et al.* (2022); Lorek e Fuchs (2013), Nash (2009), Lorek e Vergragt (2015), Kang *et al.* (2019), Morone *et al.* (2019), Nguyen *et al.* (2019); Sharma *et al.* (2018); Francis e Sarangi (2022).

No campo da promoção do consumo sustentável em nível de negócios, Michaelis (2003) considera três fatores que as empresas auxiliam no desenvolvimento do consumo

sustentável: desenvolver novas práticas e tecnologias; mudança em incentivos econômicos; e mudança em valores que permeiam a cultura gerencial, governo, mídia e sociedade.

Tendo esta abordagem, a literatura progride para o desenvolvimento ainda mais aprofundado de outros fatores, indicadores e ações capazes de resultar e fomentar o consumo sustentável filtrando e segmentando conforme necessita, como no estudo de comportamento dos consumidores da geração Z (ver ROBICHAUD; YU, 2021), na predisposição para utilização de transportes coletivos urbanos (ver KANG *et al.*, 2019), na promoção de consumo alimentício sustentável (ver MORONE *et al.*, 2019), na escolha por tecnologias com eficiência energéticas (ver NGUYEN *et al.*, 2019), na influência de material fotográfico em intenções comportamentais (ver KEMPEN; BETZLER, 2021), de geração de resíduos (ver CORVELLEC, 2016), no consumo de roupas (ver HASBULLAH *et al.*, 2022), em dieta saudável e sustentável (ver SHARMA *et al.*, 2018) entre outros.

2.2 IMPORTÂNCIA DE AÇÕES PÚBLICAS PROMOTORAS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL EM CIDADES

Antes de adentrar no papel do consumo sustentável, faremos um panorama sobre o papel de cidades no ambiente que a torna sustentável, para que, posteriormente, seja focado nas ações promotoras de consumo sustentável.

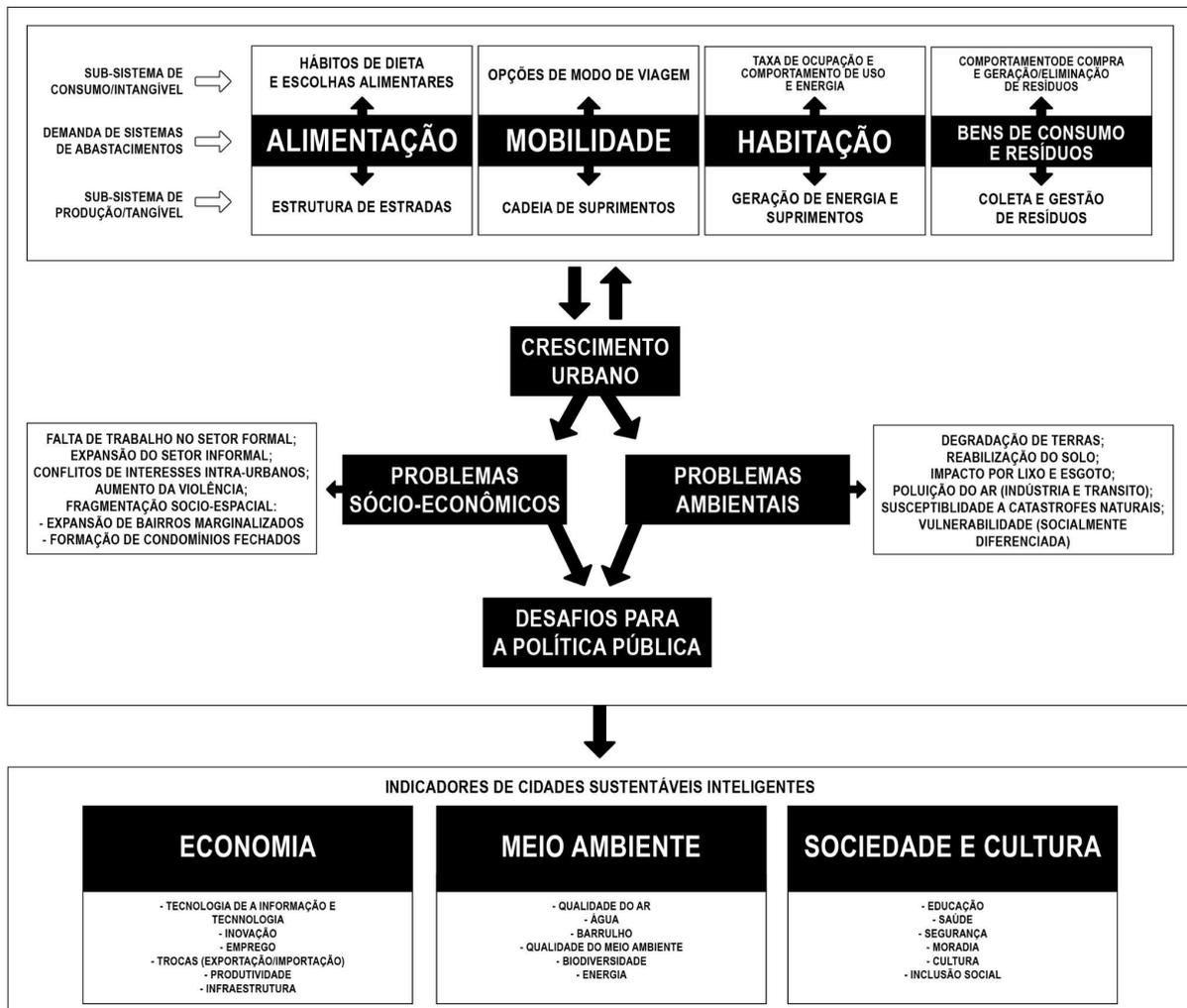
2.2.1 Cidades como promotoras de estratégias sustentáveis

As cidades sustentáveis e inteligentes são vistas, cada vez mais, como o modelo futuro de urbanização, para que isso ocorra é necessário que adotem estratégias integradas, sólidas e abrangentes (MICHELAM *et al.*, 2020). Isso porque, segundo Schröder *et al.* (2018) o padrão de consumo e o estilo de vida das pessoas são aspectos importantes a serem levados em consideração, pois cidades inteligentes necessitam de pessoas inteligentes, não apenas infraestruturas inteligentes. Janik *et al.* (2020) afirmam que o conceito de cidades sustentáveis é a interconexão entre avanços de estruturas físicas, tecnológicas, sociais e econômicas para apoiar a inteligência coletiva das cidades. Vukovic *et al.* (2021) apontam os recursos humanos como evidência do principal ativo de cidades inteligentes e sustentáveis, pois são eles os principais atores urbanos e beneficiários do desenvolvimento dessas cidades.

Com isso, a figura 3 apresenta um framework elaborado com base em Schröder *et al.* (2018), Coy (2003) e no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC, 2015)

para ilustrar a importância do papel dos agentes públicos no desenvolvimento de estratégias sustentáveis.

Figura 3: Fatores que permeiam o desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e inteligentes.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Schröder *et al.* (2018); Coy (2003); ECOSOC (2015).

Schröder *et al.* (2018) apresentam que as abordagens de consumo e produção sustentáveis no ambiente de cidades partem da premissa de que exigem envolvimento de atores que normalmente estão ligados ao gerenciamento e planejamento urbano.

O primeiro ator apresentado são os sistemas de alimentação, pois, segundo os autores, apresentam desafios sustentáveis desde ameaças relacionadas à supernutrição até a desnutrição e segurança alimentar. A produção de alimentos orgânicos entra em conflito com regimes de produção dominantes, contrariando a tendência de alimentação processada, o que contribui para a segurança alimentar. Além disso, a produção local facilita o transporte de

alimentos e aumenta a matéria orgânica do solo. Perdas e desperdícios também precisam ser fiscalizados pois possuem influência direta na pegada de carbono de cidades.

Com relação à mobilidade urbana sustentável, Schröder *et al.* (2018) afirmam que há progresso na inclusão de cidades cicláveis, pedonais, com acesso ao transporte público, com sistemas de compartilhamento de carros entre outros. Os autores afirmam que o maior objetivo é diminuir o uso particular de automóveis.

Segundo os autores, a habitação possui influência direta na eficiência energética urbana, principalmente pelos seus sistemas de aquecimento e refrigeração, mesmo atualmente atrelados a aparelhos de baixo consumo. Além disso, a habitação favorece o acúmulo de estoque relacionados a materiais de construção. Ou seja, necessita o desenvolvimento de energias alternativas e construções inteligentes. Apresentam também a importância de promotores de bem-estar para a habitação, como espaços comunitários. Fatores econômicos de habitação também necessitam de abordagem integrada à ecológica e social, motivados pelo aumento de preços de moradia em cidades e bairros.

O aumento do consumo de bens domésticos, embalagens, está relacionado aos desafios relacionados aos resíduos. Administrar os resultados causados pelos resíduos sólidos urbanos faz com que as cidades provoquem a diminuição da compra de novos materiais e produtos, para que a redução aconteça na fonte, esse resultado é capaz de aumentar a economia circular junto a taxa de reciclagem (SCHRÖDER *et al.*, 2018).

Todos esses aspectos apontados por Schröder *et al.* (2018), ainda que voltados ao consumo consciente sustentável, auxiliam para o desenvolvimento sustentável de cidades, que segundo Coy (2003) está ligado aos problemas socio-econômicos e ambientais que derivam aos desafios para a política urbana. Ainda segundo Coy (2003), a sustentabilidade urbana utiliza de lógicas econômicas, sociais e ecológicas para que a qualidade de vida coletiva seja melhorada e alguns pontos podem ser destacados para que isso aconteça, como a integração da cidade com sua periferia, participação ativa de agentes urbanos no processo de desenvolvimento, valorização e utilização de potencialidades locais e cuidado especial com grupos vulneráveis.

Para sanar e encontrar as lacunas que auxiliem no desenvolvimento de cidades sustentáveis, ou que torne as cidades inteligentes, a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do *Economic and Social Council* (ECOSOC, 2015) da UNECE (*United Nations Economic Commission for Europe*) desenvolveram indicadores que auxiliam cidades para o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis divididos em três grandes áreas: economia, meio ambiente e sociedade e cultura. A lista tem como objetivo avaliar as

ferramentas e a performance de uma cidade para monitorar o progresso no ambiente do desenvolvimento sustentável apoiados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No próximo tópico vemos algumas ações promovidas pelo poder público que podem auxiliar no desenvolvimento do consumo sustentável, um dos pontos que é capaz de auxiliar uma cidade a ser sustentável.

2.2.2 Ações públicas promotoras do consumo sustentável

O papel do governo local para a promoção do consumo sustentável depende da sua autoridade. Isso porque o papel dos cidadãos, de empresas e dos municípios precisa ser reinterpretado, derivando complexos desafios para a forma de modelo de governar (PALM *et al.*, 2019). O estudo de Dawkins *et al.* (2019) apresentou que os instrumentos de política menos obrigatórias são os mais adotados pelos governos locais ou regionais, sendo uma maneira menos eficaz. Necessitam modelos alternativos de gestão que reduzam o consumo de recursos e impactos ambientais, auxiliando no melhoramento do desenvolvimento inovativo, econômico e na geração de empregos (SCHRÖDER *et al.*, 2018). Algumas mudanças institucionais são necessárias para que haja sinergia entre a sustentabilidade e progresso social, porém pode existir resistência dos beneficiários do atual modelos de desenvolvimento político, socio- e econômico (BENGTSSON *et al.*, 2018). Garcia *et al.* (2021) veem que as cidades, em nível local, apoiam-se no desenvolvimento de estratégias e políticas de tecnologia e infraestrutura, deixando de lado aspectos cognitivos e motivacionais, comportamentais. Ou seja, é necessária uma mudança tanto tecnológica como cultural (BRADLEY, 2021). Prothero *et al.* (2011) apontam que a longo prazo o sistema educacional é o responsável por desenvolver atitudes que instiguem o comportamento sustentável, já no curto prazo são necessárias atividades informativas de conscientização e conhecimento.

Algumas barreiras são percebidas e dificultam ainda mais a implementação de medidas políticas ou governamentais locais para auxiliar na promoção do consumo sustentável, como a viabilidade monetária, de financiamento, conhecimento, falta de flexibilidade, encargos administrativos, ferramentas regulatórias e análise dos processos e resultados (DAWKINS *et al.*, 2019). Mudar o consumo sustentável implica em todo o sistema, seja cultural, econômico, de estilo de vida, infraestrutural, de gestão e de poder (LOREK, VERGRAGT, 2015).

Contrapondo Dawkins *et al.* (2019), pesquisadores sugerem que em alguns setores, uma abordagem autoritária de política orientada ao consumo sustentável não é bem vista,

sendo necessário que outras alternativas sejam implementadas. O setor de carne é um exemplo na qual deve-se ter uma intervenção mais leve, na qual o estudo de Dagevos e Voordouw (2013) apresentou que políticas públicas de incentivo à diminuição do consumo são consideradas medidas exageradas. Além disso, o estudo de Yang *et al.* (2021) apresentou que políticas que adotam penalidades geram sentimento negativo no comportamento de consumo sustentável na população, diferente de uma política que instigue a participação voluntária.

Para implementar ações positivas no recorte do consumo sustentável e para modificar o atual formato de consumo, estratégias multifacetadas precisam ser estudadas, debatidas e aplicadas (MORONE *et al.*, 2019). No quadro 3, algumas ações apontadas pela literatura atual são apresentadas.

Dagevos e Voordouw (2013) propõe que algumas intervenções de governança são importantes para alcançar consumo mais sustentável, e as divide em quatro áreas: habilitar/facilitar, encorajar/incentivar, exemplificar e engajar. Para os autores, habilitar/facilitar é a necessidade de alteração institucional ou de infraestrutura que agem sob as práticas consumistas, tornando-as mais sustentáveis. Encorajar/incentivar refere-se aos incentivos financeiros, por preço. Engajar e exemplificar estão conectados à questões socioculturais, exemplificar apresenta as políticas públicas vistas como exemplo positivo a ser seguido e engajar apresenta políticas voltadas para a população. Sugere que estratégias de políticas de habilitação/facilitação (como regras, leis...) e de incentivos (impostos...) são menos eficazes, então políticas brandas de engajamento e exemplificação são mais eficazes. Os formuladores de políticas têm um papel importante em mãos, servindo de auxílio na sinalização da importância do consumo sustentável da população, fazendo uso da democracia participativa, utilizando do espaço para questionar, discutir, debater e refletir seus comportamentos (PROTHERO *et al.*, 2011). Debatendo sobre a temática, Tukker *et al.* (2008) apresentam que “é pouco compreendido como essas políticas afetam as práticas de consumo e seus impactos ambientais ou a qualidade de vida” (p. 13), principalmente pelo fato que mudanças transformacionais são percebidas a longo prazo em sistemas de produção e consumo, afirmando a importância que estudos futuros sejam desenvolvidos visando influência comportamental à propósitos sustentáveis.

Quadro 3: Ações da gestão pública promotoras do consumo sustentável.

Ações	Autores
gestão de desperdício de alimentos	Li <i>et al.</i> (2021); Qu <i>et al.</i> (2021); Morone <i>et al.</i> (2019);
otimização da estrutura energética	Qu <i>et al.</i> (2021); Nguyen <i>et al.</i> (2019)
políticas para evitar o consumo excessivo	Li <i>et al.</i> (2021); Qu <i>et al.</i> (2021); Sharma <i>et al.</i> (2015)
política que instigue a participação voluntária	Yang <i>et al.</i> (2021); Prothero <i>et al.</i> (2011); Prothero <i>et al.</i> (2011)
políticas de incentivo a empreendimentos privados sustentáveis/inovadores	Camilleri (2021); Francis e Sarangi (2022); Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
políticas de dedução ou isenção fiscal	Camilleri (2021); Qu <i>et al.</i> (2021); Dagevos e Voordouw (2013)
instalação de infraestruturas que descarte de resíduos acumulados (gerenciamento de resíduos)	Camilleri (2021); Sharma <i>et al.</i> (2015); Galati <i>et al.</i> (2022)
estimulação do desenvolvimento/criação de empreendimentos inovadores ou que adotem sistemas de economia circular	Camilleri (2021); Francis e Sarangi (2022)
conscientização sobre o equilíbrio alimentar	Qu <i>et al.</i> (2021); Sharma <i>et al.</i> (2015)
incentivo ao uso de transporte público	Qu <i>et al.</i> (2021); Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
incentivo de iniciativas comunitárias	Schröder <i>et al.</i> (2018); Nguyen <i>et al.</i> (2019); Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
incentivo educacional	Tukker <i>et al.</i> (2008); Glavič (2021); Francis e Sarangi (2022); Prothero <i>et al.</i> (2011)
criação de infraestruturas	Dawkins <i>et al.</i> (2019); Dagevos e Voordouw (2013); Morone <i>et al.</i> (2019); Bengtsson <i>et al.</i> (2018); Nguyen <i>et al.</i> (2019); Hult e Bradley (2017)
desenvolvimento de normas e/ou diretrizes	Dawkins <i>et al.</i> (2019)
avaliação dos processos e resultados	Dawkins <i>et al.</i> (2019)
campanhas de conscientização	Dagevos e Voordouw (2013); Kang <i>et al.</i> , (2019); Nguyen <i>et al.</i> (2019); Francis e Sarangi (2022); Prothero <i>et al.</i> (2011); Galati <i>et al.</i> (2022)
reestruturação de arranjos econômicos e sociais	Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
serviços públicos acessíveis (bibliotecas, parques, piscinas, academias ao ar livre...)	Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
inovação e a adoção de formas mais sofisticadas de organizar os sistemas de produção	Bengtsson <i>et al.</i> (2018)
apresentar aos produtores rurais técnicas mais sustentáveis de produção	Sharma <i>et al.</i> (2015)
criação de espaços circulares	Hult e Bradley (2017)

apoio para promoção de processos de transição para utilização de materiais reciclados	Galati <i>et al.</i> (2022)
---	-----------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Li *et al.* (2021); Yang *et al.* (2021); Camilleri (2021); Qu *et al.* (2021); Dawkins *et al.* (2019); Dagevos e Voordouw (2013); Morone *et al.* (2019); Bengtsson *et al.* (2018); Kang *et al.*, (2019); Nguyen *et al.* (2019); Sharma *et al.* (2015); Hult e Bradley (2017); Francis e Sarangi (2022); Tukker *et al.* (2008); Glavič (2021); Prothero *et al.* (2011); Galati *et al.* (2022);

Com isso, as estratégias para transformar as maneiras de consumo mais sustentáveis necessitam abordar pontos variados de entradas (MORONE *et al.*, 2019) e a literatura apresenta estudos no campo, com um olhar amplo para as mais diversas dimensões em que as cidades atuam. Alguns exemplos podem ser citados, como a criação de um espaço circular, no qual o poder público pode fornecer infraestrutura possibilitando que a população consuma menos, com um local acessível (HULT, BRADLEY, 2017), elaboração de campanhas de conscientização para dietas saudáveis (SHARMA *et al.*, 2015), incentivo fiscal e estrutural para a promoção agrícola local sustentável (GREBITUS *et al.*, 2017; ASETO *et al.*, 2022), incentivo aos profissionais de outras áreas para o investimento em sistemas sustentáveis e ecológicos, como no setor hoteleiro (CAMILLERI, 2021). Além disto, a literatura apresenta fatores importantes que auxiliam tanto o desenvolvimento sustentável como consumo sustentável por meio de políticas e ações públicas, como o incentivo ao uso de sacolas retornáveis (WANG; LI, 2022), instalação de espaços públicos para que a população possa usar meios sustentáveis de locomoção, como bicicleta ou então transporte coletivo (YANG; CHEN, 2022) e a importância de que essas ações sejam espalhadas e incentivadas pelos meios (HAUSLBAUER *et al.*, 2022). A literatura discorre sobre o tema em formato de clusters, estudando e apontando políticas públicas de consumo sustentável que favoreçam determinados e variados setores.

3 MÉTODO

O capítulo está organizado para apresentar o delineamento da pesquisa, as amostras pesquisadas, o instrumento, coleta de dados, interpretação e procedimento de análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória diante do objetivo geral pois, segundo Gil (2002), possibilita familiaridade com o problema de pesquisa, deixando mais explícito e abrindo espaço para criação de hipóteses. Além disso, tem planejamento flexível, permitindo que variados aspectos sejam considerados. Com relação à abordagem, a pesquisa é caracterizada como qualitativa que, segundo Malhotra (2001), apresenta melhor compreensão do problema estudado pois os dados coletados em sua maioria são descritivos, em que os significados apontados pela amostra são foco e atenção do pesquisador que também se torna o principal instrumento de pesquisa (PEREIRA *et al.*, 2018). A abordagem qualitativa, além do já apresentado, permite abordagens e métodos variáveis, possibilitando o senso de reflexividade (FLICK, 2009).

Segundo Malhotra (2001), as entrevistas de profundidade possuem um formato não estruturado e direto de obter informações, na qual o entrevistador busca motivações, atitudes, sentimentos ou crenças sobre determinado assunto, levando de 30 minutos a mais de uma hora. Além disso, a entrevista permite que o entrevistador siga um rumo subsequente, dependendo das respostas. Mesmo que se tenha um esboço inicial de roteiro, a ordem e o formato de pergunta são influenciados pelas respostas do entrevistado.

A figura 4 apresenta os passos metodológicos da pesquisa: o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica para compreensão do tema estudo e a identificação de ações propostas pela academia por meio de revistas eletrônicas, periódicos e livros e entrevistas de profundidade com gestores públicos municipais para a elaboração de uma estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades de médio porte.

Figura 4: Passos metodológicos da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

3.2 ENTREVISTAS COM GESTORES PÚBLICOS

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), as cidades de médio porte são caracterizadas pela população entre 100 e 500 mil habitantes. Essas cidades, segundo o Instituto, possuem papel importante na desconcentração de produção e da população em todo o território nacional. Além disto, elas possuem uma dinâmica no aspecto demográfico e econômico próprio, evitando a interferência das cidades grandes e metrópoles, oferecendo bem-estar e serviços de qualidade (MOTTA; MATA, 2009). Ainda segundo o IPEA (2008), essas cidades possuem um papel estratégico nas redes urbanas do Brasil, podendo estar identificadas em três modos: (i) situadas em espaços regionais amplos; (ii) integradas em ambiente periférico, ou então (iii) instituídas em um núcleo central.

Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), por meio da publicação Regiões de Influência das Cidades: 2018 (REGIC), define o conceito de centros urbanos (ou cidades em regiões de influência) tendo como principal componente de caracterização a ligação de longas distâncias entre instituições públicas e privadas (relações de comandos e gestões), além da força de atração entre as cidades próximas. Partindo disto, o estudo classificou as cidades brasileiras em cinco grandes níveis, com subdivisões. A primeira são as Metrópoles (15 cidades), subdivididas em Grande Metrópole Nacional (São Paulo), Metrópole Nacional (Brasília e Rio de Janeiro) e Metrópole (11 capitais de Unidades Federativas do Brasil, e a cidade de Campinas, do estado de São Paulo, o estudo inclui Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul). A segunda classificação das cidades influentes são as

Capitais Regionais (97 cidades), os centros urbanos com concentração alta de atividades porém com alcance inferior às metrópoles, com três subdivisões, Capital Regional A (9 cidades), B (24 cidades) e C (24 cidades). A terceira são os Centros Sub-Regionais (352 cidades), cidades menores com média populacional de 85 mil habitantes, divididos em dois grupos, Centro Sub-Regional A (96 cidades) e B (256 cidades). Seguidos pela classificação em Centros de Zona, com menores níveis de atividades (398), com média populacional de 30 mil divididos em Centro de Zona A (147 cidades) e B (251 cidades). Já o quinto nível de classificação são os Centros Locais, com influência restrita, totalizando 4.037 centros urbanos.

Partindo do apresentado, é possível classificar as cidades do Rio Grande do Sul, exceto a região metropolitana do estado, que mais influenciam o desenvolvimento regional e estadual (tabela 1). Além disso, as cidades citadas pelo relatório Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020), são classificadas como cidades de médio porte pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), pois possuem entre 100 e 500 mil habitantes quando considerado o último censo realizado no país, em 2010. Sendo assim, as cidades da tabela 1 foram as escolhidas para a investigação do estudo.

Tabela 1 - Classificação de cidades do Rio Grande do Sul, exceto a região metropolitana do estado, em regiões de influência.

Cidades	Classificação de Influência	Habitantes Censo 2010	Classificação IPEA	Signatárias do PCS
Caxias do Sul	Capitais Regionais B	435.564	Médio porte	Não
Passo Fundo	Capitais Regionais B	184.826	Médio porte	Não
Pelotas	Capitais Regionais C	328.275	Médio porte	Sim
Santa Maria	Capitais Regionais C	261.031	Médio porte	Sim
Santa Cruz do Sul	Capitais Regionais C	118.374	Médio porte	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (2020), IPEA (2008), Programa Cidades Sustentáveis (s.d.).

Após a delimitação das cinco cidades estudadas, as secretarias de desenvolvimento municipais foram listadas de acordo com dados dos sites oficiais dos órgãos públicos (quadro 4), para que os representantes públicos pudessem ser mapeados.

Quadro 4: Secretarias públicas das cidades estudadas.

Cidades	Secretaria pública	Principal função
Caxias do Sul	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego	Gestão das políticas municipais voltadas ao trabalho, emprego e renda e ao desenvolvimento sustentável da indústria, do comércio, da prestação de serviço, da ciência, tecnologia e inovação, no âmbito local e, de forma integrada, regional.
Passo Fundo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Atua em 5 eixos estratégicos básicos: Fomento ao Empreendedorismo, Emprego/Renda e Qualificação, Serviços Públicos à Comunidade, Fomento ao Turismo e Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação
Pelotas	Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação	É responsável pelo planejamento estratégico e desenvolvimento industrial, comercial, de serviços, científico, tecnológico, econômico, social e turístico de Pelotas.
Santa Maria	Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Desenvolvimento econômico é o processo pelo qual ocorre uma variação positiva das "variáveis quantitativas" (aumento da capacidade produtiva de uma economia medida por variáveis tais como produto interno bruto, produto nacional bruto), acompanhado de variações positivas das "variáveis qualitativas" (melhorias nos aspectos relacionados com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e profundas mudanças da estrutura socioeconômica de uma região e ou país, medidas por indicadores sociais como o índice de desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana e o Coeficiente de Gini).
Santa Cruz do Sul	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	A proposição e a execução das políticas de desenvolvimento industrial, comercial e prestação de serviços; a promoção e a expansão das atividades produtivas, de comercialização e de prestação de serviços no Município, objetivando à agregação de emprego e a geração de produto/renda; a articulação com entidades e órgãos afins, públicos e privados, visando a mobilização de recursos para as atividades secundárias e terciárias do Município.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Prefeitura de Caxias do Sul (2022), Prefeitura de Passo Fundo (2022), Prefeitura Municipal de Pelota (2022), Prefeitura de Santa Maria (2022) e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (2022).

Para o auxílio na busca pelos resultados, a coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de entrevista de profundidade com gestores públicos das cinco cidades apresentadas (quadro 4), por meio de amostragem intencional, em que a escolha dos participantes é feita de maneira deliberada (YIN, 2016) tendo em vista os cargos nomeados. As entrevistas foram gravadas após o consentimento dos entrevistados para posteriormente serem transcritas, facilitando na análise dos resultados.

As entrevistas seguiram uma estrutura pré-elaborada com base na fundamentação teórica (apresentada no capítulo 2) e nos quadros 2 e 3 e na figura 3. Para isso, é apresentado no quadro 5 a estrutura que embasará o instrumento de coleta de dados.

Quadro 5: Estrutura de embasamento para instrumento de coleta de dados com gestores públicos municipais.

Campos	Ações do poder público
Alimentação	- gestão de desperdício de alimentos;
Mobilidade	- estrutura eficiente; - incentivo ao uso de transporte público; - serviços públicos acessíveis (bibliotecas, parques, piscinas, academias ao ar livre, centros comunitários, feiras de reparos e sistemas de transporte público); - criação de espaços circulares;
Habitação	- otimização da estrutura energética; - planejamento urbano;
Bens de consumo	- oferecer mais serviços em vez de produtos, orientação ao uso; - diminuição da utilização de matéria para produção de produtos; - certificações e rótulos sustentáveis - garantia de qualidade de vida do produto; - instalação de infraestruturas que descarte de resíduos acumulados (gerenciamento de resíduos); - apoio para promoção de processos de transição para utilização de materiais reciclados em embalagens
Economia	- incentivo econômico; - estratégias de negócios; - comercialização/sistema ético; - incentivo a empreendimentos privados sustentáveis/inovadores; - dedução ou isenção fiscal; - apresentar aos produtores rurais técnicas mais sustentáveis de produção; - inovação e a adoção de formas mais sofisticadas de organizar os sistemas de produção;
Sociedade e cultura	- iniciativas de sensibilização; - campanhas de conscientização; - evitar o consumo excessivo; - instigar a participação voluntária; - incentivo educacional; - reestruturação de arranjos econômicos e sociais;
Meio Ambiente	- degradação de terras; - impacto de lixo e esgoto; - poluição e qualidade do ar (indústrias, trânsito);

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Coy (2003); Michaelis (2003); Lebel; Lorek (2008); Nash (2009); Tukker *et al.* (2010); Prothero *et al.* (2011); Khalili *et al.* (2011); Dagevos e Voordouw (2013); Lorek; Fuchs (2013); ECOSOC (2015); Lorek; Vergragt (2015); Sharma *et al.* (2015); Corvellec (2016); Hult e Bradley (2017); Bengtsson *et al.* (2018); Schröder *et al.* (2018); Dawkins *et al.* (2019); Kang *et al.* (2019); Morone *et al.* (2019); Nguyen *et al.* (2019); Camilleri (2021); Calzolari, *et al.*, (2021); Glavič (2021); Li *et al.* (2021); Kempen, Betzler (2021); Qu *et al.* (2021); Yang *et al.* (2021); Francis; Sarangi (2022); Galati *et al.* (2022); Hasbullah *et al.* (2022); Hauslbauer *et al.* (2022); Sharma *et al.* (2018).

A análise das entrevistas foi desenvolvida de acordo com as etapas propostas por Yin (2016), de (i) compilar, (ii) decompor, (iii) recompor, (iv) interpretar e (v) concluir. Para isso, análise de conteúdo foi empregada, que, segundo Bardin (2006), tem como objetivo analisar as comunicações por meio de técnicas de descrição de conteúdos, capaz de levar a geração de

hipóteses após sua aplicação, que, segundo a autora é dividida em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Com isso, é possível propor uma estrutura de desenvolvimento de ações políticas públicas municipais que orientem a promoção do consumo sustentável, auxiliado pela revisão de literatura já apresentada. Também pôde-se analisar os principais fatores que facilitam ou dificultam essas políticas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Seguindo os delineamentos metodológicos apresentados no método, este capítulo apresenta os resultados encontrados.

4.1 ENTREVISTA COM GESTORES PÚBLICOS

Nesta seção, serão apresentados e analisados os resultados encontrados das entrevistas com os gestores públicos. Das cinco cidades que compõem o objeto de estudo (apresentadas na Tabela 1), três aceitaram participar da pesquisa: Caxias do Sul, Passo Fundo e Pelotas (Quadro 6). Todos os respondentes assumiram suas funções no ano de 2021, após eleições municipais de 2020.

Quadro 6: Participantes de entrevistas com gestores.

Cidades	Participante da pesquisa	Cargo do participante
Caxias do Sul	Sim	Diretora de Inovação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego
Passo Fundo	Sim	Secretário de Desenvolvimento Econômico
Pelotas	Sim	Secretário de Desenvolvimento, Turismo e Inovação
Santa Maria	Não	Sem respondente
Santa Cruz do Sul	Não	Sem respondente

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Investigou-se, em primeiro momento, o conhecimento dos entrevistados a respeito do termo consumo sustentável, além de questionar se o tópico faz parte da elaboração de estratégias ou se já foi levantado em algum momento ao longo do período em que assumiu as funções nas secretarias. Os respondentes afirmaram que (ver quadro 7), mesmo considerando o assunto importante e relevante, estratégias, projetos ou políticas não foram desenvolvidas levando em consideração esse conceito. Por vezes o consumo sustentável faz parte dessas ações, porém como resultado e não motivação, como cita o respondente da cidade de Caxias do Sul: “Ainda é um tema muito distante. Para o próprio setor público é algo novo. É um tema muito tímido, mas enquanto setor público em pouco tempo terá que se adaptar”. Por ser um tema considerado novo pelos respondentes, é visto como “um tema transversal, envolvendo várias secretarias. Isso perpassa pela Secretaria do Meio Ambiente, passa pela

Secretaria de Serviços Gerais, pelas Secretaria de Educação, Saúde” (Passo Fundo) e, conectado diretamente com ações de consumo da instituição pública, como cita respondente de Pelotas: “tivemos uma campanha no uso de material impresso, temos grande parte dos processos digitalizados, temos baixa de custos e tem efeito prático no consumo sustentável”.

Quadro 7: O consumo sustentável faz parte de alguma pauta da secretaria?

Cidades	Resposta
Caxias do Sul	Não temos como desatrelar [consumo sustentável e desenvolvimento]. Estamos construindo políticas públicas que devem estar alinhadas àquilo que o mundo tem trabalhado em sustentabilidade, não apenas ambiental, no tripé como um todo. Ainda é um tema muito distante, falando de comunidade, sociedade. Para o próprio setor público é algo novo. É um tema muito tímido, mas enquanto setor público em pouco tempo terá que se adaptar. O tema de consumo sustentável, pela prefeitura como um todo, não tem trabalhado diretamente, apenas desenvolvimento econômico.
Passo Fundo	É um tema transversal, envolvendo várias secretarias. Isso perpassa pela Secretaria do Meio Ambiente, passa pela Secretaria de Serviços Gerais, pelas Secretaria de Educação, Saúde que possuem quantitativo de edificações. Existem vários atores envolvidos. Não temos uma pauta estruturada sobre isso, temos coisas bem legais acontecendo mas não temos um programa estruturado. É uma pauta que nos acompanha em nível de gabinete do prefeito. Tem uma relação direta com o princípio da gestão pública de economicidade.
Pelotas	Nós temos a empresa pública de fornecimento de água e no tratamento de esgoto, que trabalha com a questão de consumo sustentável. Temos dois programas importantes de reciclagem de captação de óleos em restaurantes para produção de sabão. Tivemos uma campanha no uso de material impresso, temos grande parte dos processos digitalizados, temos baixa de custos e tem efeito prático no consumo sustentável. Fizemos seminários a respeito da produção de energia. Nossa região tem trabalhado bastante para a produção de energia eólica. Estamos em fase inicial, mas está sendo discutido na região.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Além disso, buscou-se entender a relevância e importância dos ODS no desenvolvimento de estratégias públicas (Quadro 8). Os entrevistados reconhecem a importância dos indicadores e apontam para a recente introdução, “a utilização dos indicadores é nova, iniciou com a nova gestão, em 2021” (respondente de Caxias do Sul), e o não aprofundamento, “temos tratado a possibilidade de usar esses indicadores bem definidos. Falamos sobre mas não está no centro, está no radar” (respondente de Passo Fundo).

Como visto, a utilização dos ODS no auxílio para o desenvolvimento de políticas públicas não é institucionalizado ou reconhecido. Todavia, estudos em diversas áreas da gestão pública afirmam a importância da integração dos 17 ODS junto à política pública, como o estudo de Ramirez-Rubio *et al.* (2019) que apresenta ligações dos ODS com políticas na área de saúde. Para além dos indicadores dos ODS, os entrevistados foram questionados a respeito de outros programas de incentivo ao desenvolvimento sustentável de cidades que

sugerem ações, como o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), e nenhum respondente soube informar sobre (destaca-se que uma das cidades participantes é signatária do PCS e, mesmo assim, a secretaria não soube informar).

Quadro 8: Importância dos ODS na política pública.

Cidades	Resposta
Caxias do Sul	Hoje trabalhamos todos os eixos da secretaria, seja geração de trabalho e renda, geração de desenvolvimento econômico e inovação, nos baseamos nos ODS para desenvolver e orientar políticas públicas e indicadores. A utilização dos indicadores é nova, iniciou com a nova gestão, em 2021. Criamos um escritório de dados, em parceria com uma Universidade, e projetos para auxiliar e estruturar todas as áreas da prefeitura para que se olhasse suas atividades e pudesse relacionar com as áreas dos ODS.
Passo Fundo	Já falamos sobre os ODS. Temos tratado a possibilidade de usar esses indicadores bem definidos. Falamos sobre mas não está no centro, está no radar.
Pelotas	Acho que seja mais sobre gestão do que sobre política pública. Acho importante e acredito que seja um passo que logo seja dado partindo dos 17 passos para que tenhamos uma visão estratégica de reposicionamento da cidade e da região.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Para melhor compreensão da visão dos gestores a respeito de estratégias de consumo sustentável que o poder público pode desenvolver com suas políticas, os entrevistados elencaram estratégias e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento partindo de áreas apresentadas no quadro 9.

Quadro 9: Estratégias desenvolvidas ou em desenvolvimento que promovam o consumo sustentável nas cidades estudadas.

	Caxias do Sul	Passo Fundo	Pelotas
Alimentação	- O Banco de Alimentos arrecada via doação e incentivo federal, trabalha com excedente do Consórcio de Hortifruti da região fazendo a distribuição para entidades que atendem pessoas com vulnerabilidades.	- Feiras distribuídas pela cidade, como a Feira do Produtor, Feira de Orgânicos. - Qualificação dos espaços para que outras feiras possam acontecer. - Estímulo de produção de alimentos em escolas com o programa Que da Horta.	- Fatores culturais impedem que a gestão de desperdício seja implementada. - Poderia existir políticas que instiguem e facilitem o reaproveitamento.
Mobilidade	- O transporte público possui cota de subsídios para categorias, como idosos e estudantes.	- Fortalecimento das cicloviarias. Requalificação de novas rotas de cicloviarias. Projeto de criação de mais	- Grande área de ciclovia que liga todos os bairros ao centro. - O transporte público

	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de mobilidade para avaliar outras formas de transportes, incorporando novas tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> 7,2 km de ciclovia conectando todas as rotas. - Grande crise de transporte público, um projeto de lei está em trâmite para a criação de um subsídio municipal. - Temos investido em parques com áreas verdes 	<ul style="list-style-type: none"> interligado. Criação de corredores de ônibus. Licitação obriga as empresas a readequação da frota de forma frequente.
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Possui Secretaria de Parcerias Estratégicas que cuida das parcerias público-privadas de quaisquer áreas e tem estudado a viabilidade da instalação de placas solares na estrutura administrativa da prefeitura. - Possui uma parada de ônibus sustentável da iniciativa privada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi aprovada uma lei que obriga todas futuras edificações, equipamentos públicos, a realizar a coleta de água da chuva. - Realização de teste drive de placas voltaicas em prédios públicos. Em parceria com a fornecedora de energia, pretende-se implantar uma usina de energia solar atendendo integralmente o Hospital Municipal e seis unidades básicas de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação popular com geração de energia fotovoltaica. - Legislação própria para gestão de água da chuva para atividades.
Bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> - O Programa Banco do Vestuário visa a capacitação de mulheres na indústria têxtil para que possam conquistar independência financeira. Utiliza de doações de tecidos para produção de peças que entidades precisam. - Instalação de ecopontos de separação de resíduos na cidade. - Drive Thru para coleta de resíduos especiais. - Iniciativa da redução de uso de papéis pela administração pública, migrando para processos digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais de 150 serviços online, as pessoas utilizam menos papel e se deslocam menos para a prefeitura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dois programas importantes de reciclagem de captação de óleos em restaurantes para produção de sabão. - Campanha para diminuir o uso de material impresso, temos grande parte dos processos digitalizados.
Economia	<ul style="list-style-type: none"> - Duas leis de inovação foram aprovadas. Criação de programa que reduz até 50% do imposto sobre serviço para StartUps tecnológicas e também de projetos de inovação de 	<ul style="list-style-type: none"> - Dialogado sobre a possibilidade de implantar um selo verde para determinados setores, como um IPTU verde. - Não há incentivo, mas há 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de uma lei para área de inovação e para o setor industrial, para trabalhar o consumo sustentável como forma de pontuação para diminuição de tributação.

	empresas de setores estratégicos.	serviço rígido de aprovação de projeto de construção, por exemplo.	
Sociedade e cultura	- Semana Municipal do Meio Ambiente, com atividades que envolvem desde o plantio de árvores até a conscientização de separação de resíduos promovido por outra secretaria.	- A Secretaria de Meio Ambiente tem projetos de educação ambiental e sustentável, principalmente na coleta de resíduos. - Temos sistemas de ecopontos.	- Programa cidades empreendedoras, rede de ensino em que alunos das séries iniciais têm contato com o empreendedorismo e a sustentabilidade.
Meio ambiente	- Adoção de projeto de Cidade Inteligente em parceria com o governo do estado e universidades. - Implementação de sensores pela cidade para medições de ruído e qualidade de ar para tomada de decisões a respeito de trânsito e qualidade de vida. - Proposta para redução de material enviado ao aterro municipal em forma de reciclagem.	- Apenas 40% do esgoto tratado. Proposta de revisar o plano de saneamento neste ano. - Meta de universalização da água potável e do saneamento.	- A cidade não consegue tratar todo resíduo produzido pela indústria, a reciclagem é feita na cidade, o resíduo é encaminhado para outra localidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Corroborando com o estudo de Garcia *et al.* (2021), pode-se elencar que as cidades estudadas dedicam-se em sua maioria para o desenvolvimento de políticas, projetos e estratégias de tecnologia e infraestrutura. Aspectos motivacionais, comportamentais e cognitivos não recebem o mesmo foco, ou seja, pode ser caracterizado como estratégias de consumo sustentável fraco, com base nos estudos de Lorek e Fuchs (2013). Assim como apontado por Bengtsson *et al.* (2018), mudanças institucionais foram citadas como importantes incentivadores de sinergia entre progresso social e sustentabilidade, porém sofrem com inibidores resistentes do atual modelo de gestão, como a falta de pauta estruturada do tema, legislação federal e fiscalização.

Além disso, algumas ações propostas pela literatura apresentadas no Quadro 3 (na seção 2.2.2), são corroboradas com o presente estudo, como a otimização da estrutura energética (Li *et al.*, 2021; Qu *et al.*, 2021; Morone *et al.*, 2019), políticas de incentivo a empreendimentos privados sustentáveis/inovadores (Camilleri, 2021; Francis e Sarangi, 2022; Bengtsson *et al.*, 2018), políticas de dedução ou isenção fiscal (Camilleri, 2021; Qu *et al.*, 2021; Dagevos e Voordouw, 2013), instalação de infraestruturas que descarte de resíduos acumulados (gerenciamento de resíduos) (Camilleri, 2021; Sharma *et al.*, 2015; Galati *et al.*,

2022), incentivo educacional (Tukker et al., 2008; Glavič, 2021; Francis e Sarangi, 2022; Prothero et al., 2011), criação de infraestruturas (Dawkins et al., 2019; Dagevos e Voordouw, 2013; Morone et al., 2019; Bengtsson et al., 2018; Nguyen et al., 2019; Hult e Bradley, 2017).

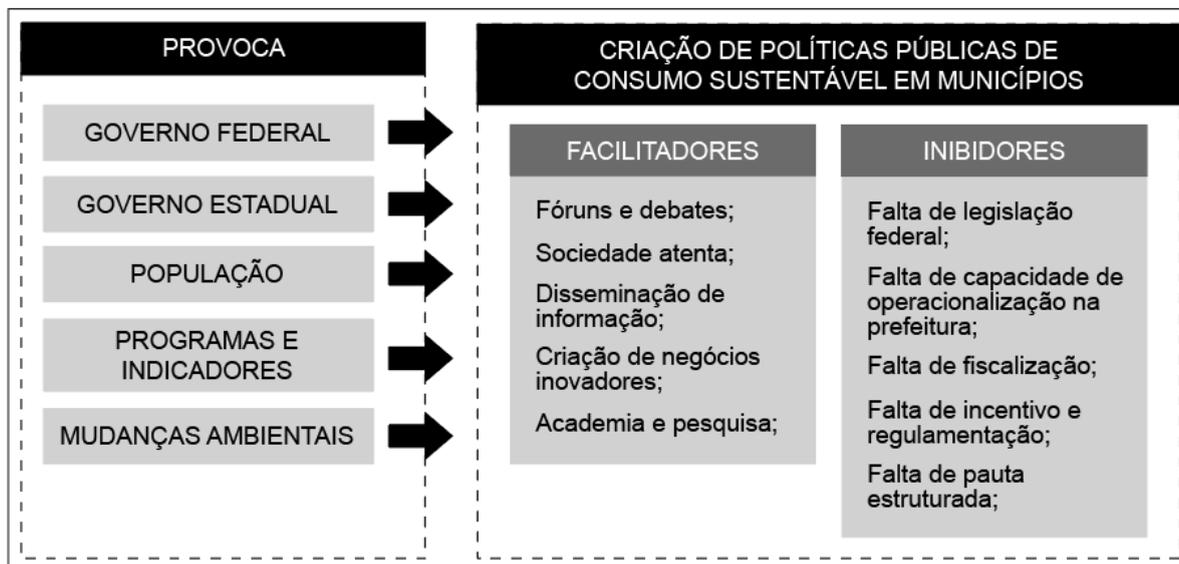
Indo de acordo com o estudo de Dawkins et al. (2019), deve-se elencar que as estratégias de políticas apresentadas pelos respondentes podem ser consideradas menos coercivas (busca otimizar processos e infraestruturas), sendo assim, tem sua eficácia de consumo minimizada, ou seja, é consumo sustentável fraco. Já, para ser considerado consumo sustentável forte, segundo Lorek e Fuchs (2013), existe a necessidade de mudança nos padrões de consumo e redução de consumo. Políticas que incentivam tal prática não foram mencionadas pelos respondentes, como estratégias para evitar o consumo excessivo (Li et al., 2021; Qu et al., 2021; Sharma et al., 2015), incentivo ao uso de transporte público (Qu et al., 2021; Bengtsson et al., 2018) e conscientização dos moradores sobre o equilíbrio alimentar (Qu et al. 2021; Sharma et al., 2015).

Além de pôr em prática políticas de consumo sustentável, Dawkins *et al.* (2019) apresentam a importância da análise e avaliação desses processos e atividades, assim como mencionado pelo respondente da cidade de Caxias do Sul no Quadro 11, a respeito do papel importante de universidades para a criação de um escritório de base de dados de análise. Wolff e Schönherr (2011) citam que implementar políticas de estímulo ao consumo sustentável enfrenta inibidores e necessita que se tenha avaliação dos instrumentos ativos, principalmente por afetar padrões de consumo. Lotta (2019) defende que existem quatro pontos que envolvem o desenvolvimento de políticas públicas: (i) definição da agenda, onde os temas prioritários são pautados; (ii) formulação, onde os temas são objetos de planejamento; (iii) implementação, que depende de ações; e (iv) avaliação, onde as dimensões de efetividade, eficácia e outros resultados são mensurados.

Quando perguntado sobre facilitadores para o desenvolvimento de políticas públicas de consumo sustentável, alguns itens foram destacados, como o desenvolvimento de fóruns e debates, criação de negócios inovadores, a facilidade de disseminação de informação que gera uma sociedade atenta e o papel de instituições de ensino e pesquisa. Já os inibidores mais destacados foram: a falta de leis federais, falta de fiscalização, de incentivo, regulamentação, capacidade de operacionalização e uma pauta estruturada sobre o tema. Os respondentes entendem que a sociedade tem cobrado do poder público, tanto em nível local, quanto estadual e federal sobre pautas sustentáveis devido aos problemas ambientais recorrentes. Além disso, afirmam a importância da legislação federal, principalmente em

questões tributárias que não competem ao município. A figura 5 sumariza os principais resultados identificados.

Figura 5: Facilitadores e inibidores de políticas de consumo sustentável.



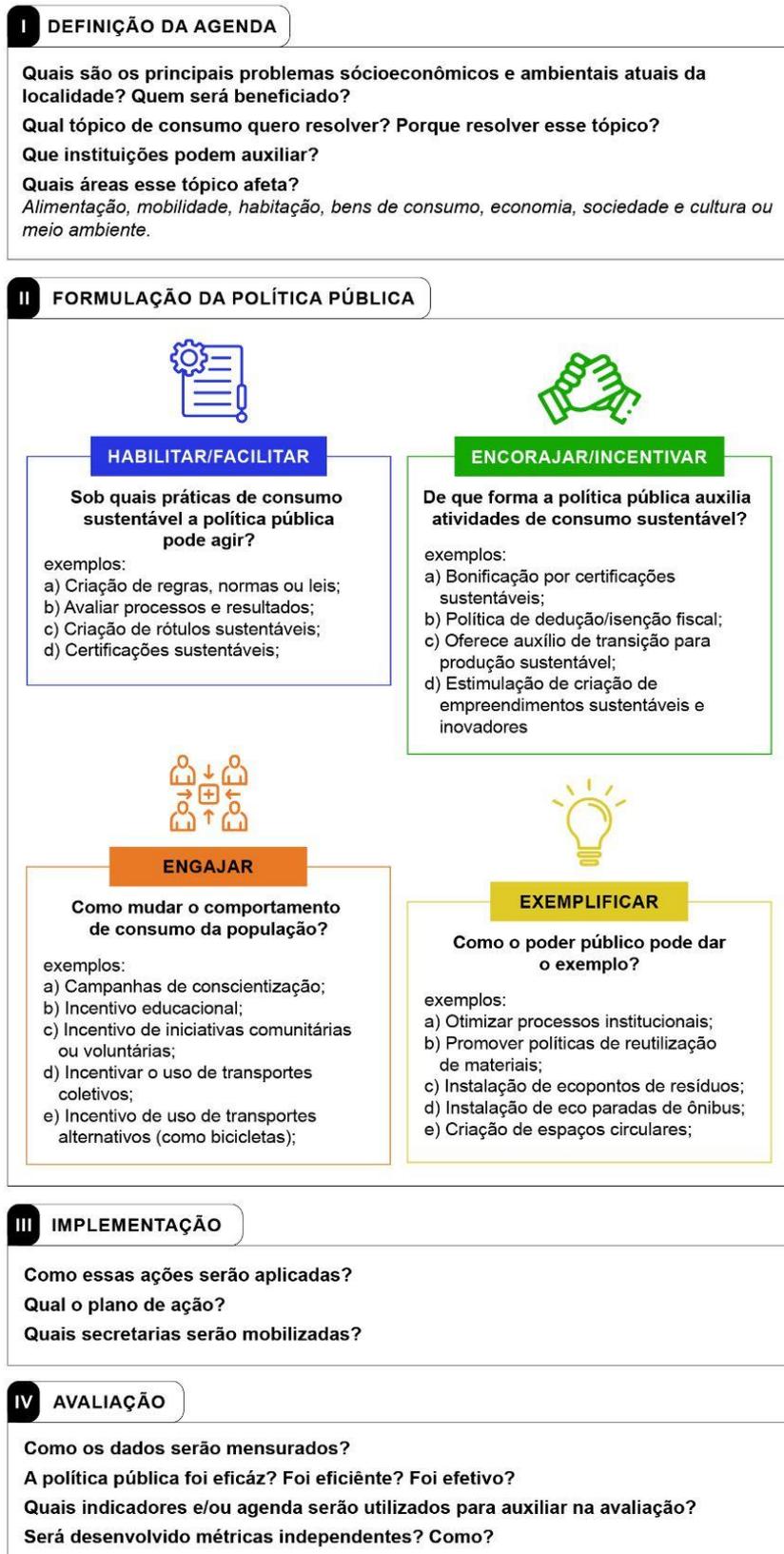
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

4.2 PROPOSTA DE ESTRUTURA DE ANÁLISE

Diante do exposto até o momento, com base na fundamentação teórica e na coleta de dados em campo, foi possível desenvolver uma proposta de estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável nas cidades. Vale destacar que na contemporaneidade entende-se que particularidades, como questões demográficas, culturais, sociais, entre outras, afetam na aplicação efetiva de um único sistema.

Para isso, a proposição exposta apoia-se na ideia de Prothero *et al.* (2011), que ao apresentar o papel importante dos formuladores de políticas públicas, destaca a necessidade de espaço para a participação democrática de discussão, debate, questionamento e reflexão. Partindo disso, a estrutura proposta (figura 6) segue quatro pontos defendidos por Lotta (2019) e as quatro intervenções para o consumo sustentável estabelecidas por Dagevos e Voordouw (2013).

Figura 6: Proposta de estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa, Dagevos e Voordouw (2013) e Lotta (2019).

4.2.1 Etapa I: definição da agenda

Para o desenvolvimento saudável urbano, Martin Coy (2003), apresenta que o melhoramento de vida da população está condicionado ao desenvolvimento de estratégias sociais, econômicas e ecológicas, partindo da necessidade atual. Segundo o respondente de Passo Fundo, o “fazer política pública é dar equilíbrio para todos elementos, entender que devemos discutir simultaneamente e de forma articulada”. Diante disto, o principal objetivo do desenvolvimento de políticas públicas de consumo sustentável se dá pelo questionamento: **quais são os principais problemas socioeconômicos e ambientais atuais da localidade?**

Partindo deste questionamento é possível delimitar em que tópico políticas de incentivo ao consumo sustentável podem ser abordados e o motivo. Além disso, pode-se abrir espaço para a análise de quais instituições podem auxiliar, como empresas e a academia, como citam Reike *et al.* (2018). Posteriormente, como já apresentado, o desenvolvimento dessas políticas pode ser aplicado em várias áreas, inclusive simultaneamente, como alimentação, mobilidade, habitação, bens de consumo, economia, sociedade e cultura e meio ambiente (COY, 2003; SCHRÖDER *et al.*, 2018; ECOSOC, 2015).

4.2.2 Etapa II: formulação da política pública

Para entender quais são esses principais problemas, a gestão pública deve se aproximar da população, como defendem Ansell *et al.* (2021). Para o autor, ao convidar a população para a participação, permite a compreensão da complexidade dos desafios da gestão e também pode resultar em maior confiança no poder público (SCHMIDTHUBER *et al.*, 2021). Além disso, também defende que as instituições públicas necessitam estar dispostas no desenvolvimento de transformações flexíveis e ágeis, assim as novas e emergentes demandas poderão ter o esforço concentrado na busca pela resolução de forma mais rápida. Com isso, e com base em Dagevos e Voordouw (2013), intervenções para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem o consumo sustentável podem ser destacadas.

- a) **Habilitar/facilitar:** sob quais práticas de consumo sustentável a política pública pode agir? É a necessidade de alteração institucional ou de infraestrutura que agem sob as práticas consumistas, tornando-as mais sustentáveis. Como exemplo, a criação de ciclovias que conectem todos os bairros, como apresentado pelo respondente de Pelotas, assim como o

fortalecimento e o crescimento das já criadas (respondente de Passo Fundo). Implementação de sensores pela cidade para realizar a medição de ruídos e qualidade do ar, como cita o respondente de Caxias do Sul.

- b) **Encorajar/incentivar:** de que forma a política pública auxilia atividade de consumo sustentável? Refere-se aos incentivos financeiros, por preço, impostos, entre outros. Para exemplificar, a ação apresentada pelo respondente de Pelotas, sobre a criação de um selo verde que gere benefícios fiscais com o propósito de cada vez mais implementar estratégias sustentáveis em serviços e produtos. Ou então do respondente de Caxias do Sul sobre a criação de programa que reduz em até 50% os impostos sobre serviços para startups tecnológicas. Também apresentado pelo respondente, sobre a importância do incentivo fiscal para o desenvolvimento de novas tecnologias, “não há incentivo federal, principalmente fiscal, no mercado do desenvolvimento de carros elétricos para que seja desenvolvido esse segmento, eles acabam preferindo outros países”.
- c) **Engajar:** como mudar o comportamento de consumo da população? Apresenta políticas voltadas para a mudança de estilo de vida da população. Como citado pelo respondente de Pelotas, sobre a criação de um programa para os alunos dos anos iniciais da rede de ensino sobre empreendedorismo e sustentabilidade. Estímulo de produção de alimentos em escolas, transformando a horta em um laboratório, como cita o respondente de Passo Fundo. A implementação de programas de reciclagem e captação de óleo de cozinha em restaurantes para a produção de sabão, como exemplifica o respondente de Pelotas.
- d) **Exemplificar:** como o poder público pode dar o exemplo? Apresenta as políticas públicas vistas como exemplo positivo a ser seguido. Como a transferência de processos físicos para o ambiente digital, diminuindo o consumo de papéis, apresentado por todos os respondentes. Ou então, como citado pelo respondente de Passo Fundo, sobre a implantação de placas voltaicas em prédios públicos, com o intuito da criação de uma usina de energia solar capaz de atender um hospital e seis unidades básicas de saúde do

município. Assim como uma legislação própria sobre a gestão de água da chuva da instituição pública, como cita o respondente de Pelotas.

4.2.3 Etapa III: implementação

Como apresentado anteriormente e reafirmado na apresentação dos resultados, o consumo sustentável é “um tema transversal, envolvendo várias secretarias. Isso perpassa pela Secretaria do Meio Ambiente, passa pela Secretaria de Serviços Gerais, pelas Secretaria de Educação, Saúde” (Passo Fundo) por isso se torna ineficaz uma única secretaria trabalhar de forma solitária. Pois essas políticas públicas “devem estar alinhadas àquilo que o mundo tem trabalhado em sustentabilidade, não apenas ambiental, no tripé como um todo” (Caxias do Sul). Lotta (2019) apresenta que é nesse momento que as políticas dependem de questões burocráticas e de ações institucionais comparando o que foi formulado e o que foi posto em prática.

4.2.4 Etapa IV: avaliação

No ambiente de avaliação, é onde os resultados são mensurados. Onde efetividade, eficácia, eficiência, entre outros serão questionados. Segundo Palm *et al.* (2019), existe a falta de avaliação de processos no ambiente de políticas públicas sustentáveis, isso compromete o processo de compreensão de efetividade das estratégias desenvolvidas. Nessa etapa, pode-se utilizar programas já existentes com metodologias já testadas, como o Programa Cidades Sustentáveis (s.d.) que incorpora dimensões econômicas, ambientais, sociais, políticas e culturais no planejamento de municípios e conta com 240 indicadores.

Além da utilização de indicadores para mensuração, pôde-se, com base na literatura apresentada anteriormente, desenvolver questões que auxiliem na avaliação quantitativa das políticas públicas desenvolvidas (Quadro 10).

Os resultados encontrados na avaliação tem um papel importante para o reforço e retomada da agenda, pois nesse momento abre espaço para que novas estratégias sejam planejadas, retornando para as etapas anteriores. A avaliação não deve ser vista como momento final da política, mas sim como o momento ideal para qualificá-la ainda mais.

Quadro 10: Questionamentos propostos para avaliação de políticas públicas de consumo sustentável.

Questionamentos chaves	Autores base
Visa a eficiência de consumo elevado (redução do consumo unitário)?	Fuchs e Lorek (2005); Lebel e Lorek (2008); Tukker <i>et al.</i> (2010)
Molda e satisfaz as necessidades do usuário para reduzir continuamente os impactos negativos do consumo no meio ambiente e na sociedade em geral?	Tunn <i>et al.</i> (2019); Tukker <i>et al.</i> (2010)
Atende às necessidades básicas e trazem melhor qualidade de vida para a população?	Oslo Roundtable (1994)
Minimiza o uso de recursos naturais, materiais tóxicos e emissões de resíduos e poluentes ao longo do ciclo de vida?	Oslo Roundtable (1994); Lebel e Lorek (2008)
Facilita a produção de serviços e estruturas sustentáveis?	Lorek e Vergragt (2015); Tukker <i>et al.</i> (2010)
Visa mudar estilos de vida?	Lorek e Fuchs (2013); Tukker <i>et al.</i> (2010)
Aspectos culturais são levados em consideração?	Lorek e Vergragt (2015); Michaelis (2003); Bradley (2021)
Existe distinção entre promoção de práticas coletivas e individuais?	Lorek e Vergragt (2015)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) com base em Oslo Roundtable (1994); Michaelis (2003); Fuchs e Lorek (2005); Lebel e Lorek (2008); Tukker *et al.* (2010); Lorek e Fuchs (2013); Lorek e Vergragt (2015); Tunn *et al.* (2019); Bradley (2021); Bengtsson *et al.* (2019).

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sabe-se que o papel da política pública é resolver um problema público que afeta diretamente a vida da população, assim como os resultados (LIMA, 2012). Muitos desses problemas são derivados da crescente urbanização, e a elaboração e implementação de estratégias sustentáveis se tornam soluções. Assim como apresentado pelos respondentes do estudo, Michelam *et al.* (2020) afirmam que soluções locais precisam ser estudadas por meio de um plano estratégico equilibrado e integrado, utilizando tecnologias e inovações que buscam a qualificação da vida da população, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável. Ou seja, é papel dos municípios aderirem às políticas públicas de consumo sustentável para auxiliar na garantia do desenvolvimento sustentável (PALM *et al.*, 2019). Essas políticas necessitam de desenvolvimento voltado à população e a sua região de locação. Entende-se que cada localidade de um mesmo município carrega estilos de vida diferentes.

Tendo isso em vista, este estudo propõe a criação de uma estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável nas

idades estudadas. Para isso alguns fatores foram identificados como facilitadores e inibidores para a elaboração da proposta. A acessibilidade e difusão da informação da atualidade foi citada como um facilitador da promoção de consumo sustentável, a população está a apenas um clique de distância da gestão pública, porém essa não é uma realidade universal. O estudo de Venghaus e Henseleit (2022) analisa que mudanças comportamentais não são evidentes com a disseminação da informação, cita que a população está ciente porém não traduz em comportamento notável, porém na agenda pública essa disseminação causa pressão nos formuladores de política. Como inibidor, além da necessidade de uma estrutura federal que auxilie, o desconhecimento do assunto também é citado, ou seja, a produção acadêmica científica ainda não chegou a esses gestores.

O desenvolvimento da estrutura promove uma atividade capaz de perpassar em várias áreas de atuação da instituição pública e rompe com o modelo de formulação de políticas em nível técnico ainda empregado, que segundo Spaargaren (2003), é orientado apenas aos atores institucionais e de produção. Valendo-se da premissa defendida por Vukovic *et al.* (2021) de que as pessoas, o recurso humano, são os principais atores de mudanças, assim como são beneficiários, também são impulsionadores de políticas sustentáveis, a estrutura proposta leva em consideração a importância da mudança ou adequação do comportamento da população. Entende-se, assim como apresentado por Schröder *et al.* (2018), que o estilo de vida das pessoas é um aspecto importante a ser levado em consideração, pois cidades inteligentes necessitam de pessoas inteligentes, não apenas infraestruturas inteligentes.

Fica evidente, com relação às políticas em desenvolvimento ou já desenvolvidas que auxiliam na promoção do consumo sustentável citadas pelo respondentes, que prevalece àquelas de caráter informativo, de infraestrutura, administrativas e menos coercivas, consideradas como propostas fracas por Lorek e Fuchs (2013), pois não desenvolvem mudanças de padrões e redução de consumo. Palm *et al.* (2019) citam que o processo de mudança de consumo da população está fortemente relacionado a atores locais e cita um exemplo: a redução de vagas em estacionamentos pode levar a uma mudança da norma cultural, isso porque abrirá porta para o fortalecimento de sistemas de transporte coletivos, porém se não gerido de forma planejada e estratégica levará ao desgaste das políticas públicas. Políticas dessa forma também podem acabar trazendo resultados negativos se não bem trabalhadas em todas as áreas da gestão pública, nesse caso um sistema de transporte coletivo eficiente.

Apresenta-se também a necessidade de avaliação no estágio de pós-desenvolvimento e implementação dessas políticas públicas. Entende-se, assim como afirmam Palm *et al.*

(2019), que sem um processo avaliativo não haverá como classificar as atividades desenvolvidas, ou em desenvolvimento, em efetivas. Além disso, é nesse espaço que poderá ser revisitado todas as etapas do processo e feita a análise do local onde pode sofrer modificações e novamente implantar a política na sociedade. Nesse espaço também pode-se utilizar indicadores já estabelecidos, como os ODS. Cabe ressaltar que, mesmo conhecidos, indicadores para o desenvolvimento sustentável não fazem parte da pauta efetiva das secretarias pesquisadas. Uma das cidades escolhidas para o estudo é signatária do Programa Cidades Sustentáveis e no momento da entrevista não soube informar. Isso demonstra que a participação em programas pode servir apenas como troféu para as administrações, e seu principal objetivo de auxiliar fica de lado.

Não basta apenas desenvolver uma ferramenta que auxilie no desenvolvimento dessas políticas públicas, é necessário que os formuladores de políticas públicas estejam dispostos a trabalhar sobre os olhos do consumo e do desenvolvimento sustentável. Segundo Goyal *et al.* (2021), o único responsável pela elaboração de políticas públicas é a administração local, então cabe aos gestores públicos o comprometimento. Essa disposição pode sofrer resistência, assim como afirmam Bengtsson *et al.* (2018) e como podemos constatar com a não participação de duas secretarias contatadas.

Para a literatura, o estudo agrega no campo da investigação e implementação em nível local de políticas públicas, ao apresentar fatores inibidores e facilitadores. Para Dawkins *et al.* (2019), existe dificuldade em avaliar intervenções eficazes de governos locais de consumo sustentável, a estrutura apresentada é capaz de auxiliar para o desenvolvimento de novos estudos que contribuam para o aprimoramento. Além disso, abre espaço para a aplicação prática, promovendo resultados de melhoramento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que problemas ambientais se tornam cada vez mais presentes na vida da população em todo o mundo, estratégias locais necessitam de desenvolvimento abrangendo diversas áreas, como na promoção do consumo sustentável. Sendo assim, ao abordar temas que facilitam o desenvolvimento sustentável dos municípios, setores distintos da instituição pública são afetados e reagem desenvolvendo estratégias integradas que primam a qualidade de vida da população e o desenvolvimento da localidade. Esse desenvolvimento acontece levando em consideração a articulação de três grandes esferas: econômica, social e ambiental.

Ao defender a importância da promoção do consumo sustentável, busca-se a elucidação de que o tópico age em todas as esferas citadas. No eixo social promove a mudança de comportamento, mudança da cultura de consumo excessivo, no eixo ambiental se preocupa em utilizar menos matéria prima estendendo o ciclo de vida do produto ou da matéria, já no eixo econômico visa a otimização de processos, significa o remanejamento e a redução de custos.

Ao sugerir o consumo de forma consciente, a crítica pode ser feita pelo pressuposto de que se instigue o não-consumo. Essa visão não deve permanecer ou ser confundida com o consumo verde, que é consumo de produtos produzidos a partir de matéria reutilizável ou então produtos veganos. Na promoção do consumo sustentável busca-se que a inteligência ambiental surja de forma natural e cultural, não apenas de produtos considerados verdes ou veganos, mas que a escolha seja feita de forma consciente. Busca-se promover apenas o consumo necessário e sustentável. Ao promover feiras de pequenos produtores rurais com venda de produtos orgânicos de origem vegetal e animal, tomamos como exemplo, pode-se considerar consumo sustentável forte quando comparado com o consumo de produtos veganos de grandes marcas que possuem o público-alvo apenas como nicho de mercado e não efetivamente como causa.

Dentro deste contexto e com o objetivo geral de propor uma estrutura de análise que oriente o desenvolvimento de políticas públicas para a promoção do consumo sustentável em cidades de médio porte do interior do Rio Grande do Sul, o estudo auxilia na discussão do assunto em nível local, ainda pouco pesquisado. Dessa forma, debater políticas públicas de consumo sustentável tem por finalidade agir na vida da população em prol da resolução de problemas e conflitos, neste caso conflitos econômicos, sociais e ambientais.

Quando se fala de consumo, não há como deixar de fora o estilo de vida dos usuários, nesse caso, da população. Estratégias de consumo sustentável devem estar alinhadas com o objetivo de modificar estilos de vida, modificar normas sociais, assim como culturas. Essas modificações comportamentais não acontecem de forma rápida e espontânea, essas políticas não receberão retorno rapidamente, porém se atitudes dos formuladores de políticas públicas não forem tomadas nesse momento se tornarão problemas ainda maiores no futuro. Embora estudos no ambiente de comportamento pró ambiental em vários setores tenham ganhado espaço (ver MUPOSHI et al., 2021; VALENTIN, 2021; DE FANO et al., 2022; FROMMEYER et al., 2022; WANG; LI, 2022), a literatura carece de estudos no campo comportamental sob influência de políticas públicas.

A estrutura desenvolvida apresenta os quatro principais pilares para o desenvolvimento de políticas públicas alinhados às intervenções para o consumo sustentável. Ao definir a agenda, a primeira etapa da estrutura, possibilita que o tema seja aprofundado e estudado, para que a ação futura possa ser efetiva e mapeada, entendendo que cada localidade possui suas particularidades e que deve-se discutir de forma multidisciplinar. Na segunda etapa, de formulação da política pública, quatro são os questionamentos: (i) sob quais práticas de consumo sustentável a política pública pode agir?; (ii) de que forma a política pública auxilia nas atividades?; (iii) como o comportamento da população pode mudar?; (iv) como o poder público pode servir de exemplo? Esses questionamentos servem como base para o primeiro processo direto de intervenção para que a implementação possa ser validada. Na etapa de implementação (a terceira), é a operacionalização da estratégia formulada, com os atores que serão mobilizados para a aplicação. Já a quarta etapa tem como principal característica a avaliação da política, é o momento em que a política pode ser reestruturada partindo de uma avaliação seguindo critérios que garantam sua eficiência levando em consideração aspectos de todas as etapas da estrutura. Permite que as políticas sejam julgadas, remodeladas e reaplicadas, utilizando instrumentos de baliza, como indicadores independentes ou institucionais

Dessa forma, alguns facilitadores e entraves do poder público na promoção do consumo sustentável em nível local foram elencados servindo como motivação para o desenvolvimento de ferramentas com o objetivo de alcançar a resolução desses fatores, deixando de ser entraves. A falta de debate e desenvolvimento do tema em nível local é citado como um entrave, se a sociedade e a academia não discutem e não apresentam a importância para a gestão pública, dificilmente será posto como um assunto a ser debatido. Cabe ressaltar o papel importante na sociedade que a produção científica tem, os gestores

públicos precisam de contato com o que tem-se produzido e como isso pode ajudá-los no desenvolvimento de ações. Porém esses desenvolvedores de políticas precisam estar prontos para atender e ouvir. Diversos autores apontam a necessidade de uma reestruturação de governança para que possa promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que se espera mudança de comportamento da população, deve-se esperar mudança de comportamento dos próprios formuladores e gestores de políticas.

Ações que promovam o consumo sustentável também foram mapeadas, e reforçam o que foi apresentado durante a revisão de literatura. Estratégias a nível institucional devem ser implementadas (como implementação de placas para coleta de energia solar, ou gestão da captação de água da chuva de prédios públicos), principalmente pelo papel de influência de comportamento que o poder público possui, porém existem maneiras de auxiliar ainda mais no desenvolvimento de políticas fortes e concisas de promoção de consumo sustentável, como a criação de ciclovias ou então a qualificação do sistema de transporte coletivo público dos municípios. Ao entrevistar os gestores, um em específico apontou que nenhum gestor da administração pública local faz uso de transporte público, se é um serviço essencial para a população porque não utilizam também? Diversos fatores podem surgir, como a falta de segurança, falta de qualidade do veículo ou até mesmo a limitação de linhas e rotas. Estratégias assim são multissetoriais.

Deste modo, este estudo apresenta resultados pertinentes para **abordagem prática**, pois apresenta condicionantes importantes para a elaboração de políticas públicas de consumo sustentável. Auxilia na tomada de decisão dos criadores de políticas públicas. Além disso, é capaz de gerar melhorias na vida ambiental, econômica e humana como desenvolvimento de estratégias públicas levando em consideração os condicionantes apresentados.

Quanto às **contribuições teóricas e acadêmicas**, o estudo aprofunda e auxilia no debate do conceito de consumo sustentável e o papel de governos locais, um assunto que ainda necessita de pesquisas, principalmente pelo fato de que cada localidade é diferente da outra, dentro de cada município há diversas realidades, entender sua dinâmica se torna um fator determinante para os gestores e pesquisadores. Além disso, fortalece os estudos já existentes da área, corroborando com diversos resultados já encontrados e trazendo novos pontos a serem analisados.

5.1 LIMITAÇÕES

Algumas limitações do estudo podem ser destacadas. Deve-se destacar, como limitação, a dificuldade de contato com gestores públicos. Mesmo com contato, duas cidades não participaram do estudo, mesmo com insistência, ambos ignoraram os contatos realizados. A omissão de participação pode revelar que o assunto pesquisado não recebe atenção suficiente das gestões. Além disso, a escolha de apenas uma secretaria de cada município limita resultados encontrados. As estratégias que estão sendo desenvolvidas para promoção do consumo sustentável, por ser um tema transversal, ficaram restritas apenas ao tocante da secretaria entrevistada, onde apresentam a falta de conhecimento de ações realizadas de outras secretarias. O estudo limitou-se em apenas cinco cidades pesquisadas, tendo em visto os critérios apresentados na metodologia, a participação de mais cidades poderia agregar ainda mais com um comparativo para entender quais fatores são determinantes para o desenvolvimento de políticas, como a estrutura de governança, o nível populacional, renda entre outro.

5.2 SUGESTÃO PARA ESTUDOS FUTUROS

Diante das limitações, sugere-se como desenvolvimento de pesquisas futuras a validação da estrutura proposta com especialistas de áreas distintas, para que seus pontos sejam apresentados e então apresentado à população, para que a opinião dos usuários fosse analisada, pois eles são os resultados das políticas públicas. Sugere-se também a realização de estudos que analisem a mudança de comportamento gerada pela implementação de políticas públicas de consumo sustentável, incluindo estratégias desenvolvidas utilizando a estrutura proposta neste estudo com estratégias desenvolvidas de outras formas.

Ainda, estudos que levem em consideração outros fatores podem contribuir para a pesquisa na área, como por exemplo: a renda per capita da população auxilia para a adesão de políticas públicas de consumo sustentável? Ou então buscar entender o que a população espera que seja feito pela gestão pública local a respeito da temática de consumo sustentável, se estariam dispostos a mudar a forma de consumo.

REFERÊNCIAS

ANSELL, Christopher; SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. The COVID-19 pandemic as a game changer for public administration and leadership? The need for robust governance responses to turbulent problems. **Public Management Review**, v. 23, n. 7, p. 949-960, 2021.

ASETO, Joshua Odero; ANGGRAENI, Kartika; MELGAR, Marianne Isabel Magnus; BALLÓN-OSSIO, Adriana; SANDER, Lucas Emanuel; GROSSI, Francesca; OJWANG, William; GATHOGO, Elizabeth; NJIRU, Caroline; ORWA, Nickson. Promotion and Uptake of Sustainable Consumption and Production (SCP) Practices among Kenyan MSMEs: Key Learnings. **Sustainability**, v. 14, n. 6, p. 3207, 2022.

ARAÚJO, Angelica; OLIVEIRA, Veronica M.; CORREIA, Suzanne EN. Sustainable consumption: thematic evolution from 1999 to 2019. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, 2021.

AJZEN, Icek. The theory of planned behavior. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T

AKENJI, Lewis; BENGTSSON, Magnus. Making sustainable consumption and production the core of sustainable development goals. **Sustainability**, v. 6, n. 2, p. 513-529, 2014. doi: 10.3390/su6020513

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edição 70, 2016.

BRADLEY, Peter. An institutional economics framework to explore sustainable production and consumption. **Sustainable Production and Consumption**, v. 27, p. 1317-1339, 2021.

BENGTSSON, Magnus; ALFREDSSON, Eva; COHEN, Maurie; LOREK, Sylvia; SCHROEDER, Patrick. Transforming systems of consumption and production for achieving the sustainable development goals: moving beyond efficiency. **Sustainability science**, v. 13, n. 6, p. 1533-1547, 2018. doi: 10.1007/s11625-018-0582-1

BLOK, Vincent; LONG, Thomas B.; GAZIULUSOY, A. Idil; CILIZ, Nilgun; LOZANO, Rodrigo; HUISINGH, Donald; CSUTORA, Maria; BOKS, Casper. From best practices to bridges for a more sustainable future: Advances and challenges in the transition to global sustainable production and consumption: Introduction to the ERSCP stream of the Special volume. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 19-30, 2015. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.04.119

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 31 ago. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: 22 set. 2022.

C40 Cities. **The Future of Urban Consumption in a 1.5°C World**. 2019. Disponível em: <https://www.c40.org/wp-content/uploads/2021/08/2270_C40_CBE_MainReport_250719.Original.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2022.

CAMMARELLE, Antonella; VISCECCHIA, Rosaria; BIMBO, Francesco. Intention to Purchase Milk Packaged in Biodegradable Packaging: Evidence from Italian Consumers. **Foods**, v. 10, n. 9, p. 2068, 2021. doi: 10.3390/foods10092068

CAMILLERI, Mark Anthony. Sustainable Production and Consumption of Food. Mise-en-Place Circular Economy Policies and Waste Management Practices in Tourism Cities. **Sustainability**, v. 13, n. 17, p. 9986, 2021.

CALZOLARI, Tommaso; GENOVESE, Andrea; BRINT, Andrew. The adoption of circular economy practices in supply chains—An assessment of European Multi-National Enterprises. **Journal of Cleaner Production**, v. 312, p. 127616, 2021.

CORVELLEC, Hervé. A performative definition of waste prevention. **Waste management**, v. 52, p. 3-13, 2016.

COHEN, Boyd; MUNOZ, Pablo. Sharing cities and sustainable consumption and production: towards an integrated framework. **Journal of cleaner production**, v. 134, p. 87-97, 2016.

COY, Martin. Tendências atuais de fragmentação nas cidades latino-americanas e desafios para a política urbana e o planejamento urbano. **Iberoamericana** (2001-), v. 3, n. 11, p. 111-128, 2003.

CHEKIMA, Brahim; Wafa, Syed Azizi Wafa Syed Khalid; IGAU, Oswald Aisat; CHEKIMA, Sohaib; SONDOH JR, Stephen Laison. Examining green consumerism motivational drivers: does premium price and demographics matter to green purchasing?. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, p. 3436-3450, 2016. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.09.102

DAGEVOS, Hans; VOORDOUW, Jantine. Sustainability and meat consumption: is reduction realistic?. **Sustainability: Science, Practice and Policy**, v. 9, n. 2, p. 60-69, 2013. DOI: 10.1080/15487733.2013.11908115

DA SILVA, Luciano Ferreira; RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; DE OLIVEIRA, Paulo Sergio Gonçalves. **Quantitativa ou qualitativa?** um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisas sociais. Revista Pretexto, p. 30-45, 2018.

D'AGOSTIN, Andressa; DE MEDEIROS, Janine Fleith; VIDOR, Gabriel; ZULPO, Maikielli; MORETTO, Cleide Fátima. Drivers and barriers for the adoption of use-oriented product-service systems: A study with young consumers in medium and small cities. **Sustainable Production and Consumption**, v. 21, p. 92-103, 2020. doi: 10.1016/j.spc.2019.11.002

D'SOUZA, Clare; BROUWER, Anne Renée; SINGARAJU, Stephen. Veganism: Theory of planned behaviour, ethical concerns and the moderating role of catalytic experiences. **Journal of retailing and consumer services**, v. 66, p. 102952, 2022. 10.1016/j.jretconser.2022.102952

DAWKINS, Elena; ANDRÉ, Karin; Axelsson, Katarina; BENOIST, Lise; SWARTLING, Åsa Gerger; PERSSON, Åsa. Advancing sustainable consumption at the local government level: A literature review. **Journal of cleaner production**, v. 231, p. 1450-1462, 2019. doi: 10.1016/j.jclepro.2019.05.176

DE FANO, Domenico; SCHENA, Rosamartina; RUSSO, Angeloantonio. Empowering plastic recycling: Empirical investigation on the influence of social media on consumer behavior. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 182, p. 106269, 2022. doi: 10.1016/j.resconrec.2022.106269

DOBBS, Richard; REMES, Jaana; MANYIKA, James. Urban world: the global consumers to watch. McKinsey Global Institute, 2016. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/featured-insights/urbanization/urban-world-the-global-consumers-to-watch>>. Acesso em 29 de jun. 2022.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development—historical roots of the concept. **Environmental sciences**, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006. doi: 10.1080/15693430600688831

ECOSOC, U. N. **The UNECE–ITU smart sustainable cities indicators**. 2015.

ELLIOTT, Jennifer. **An introduction to sustainable development**. 4. ed. Londres: Routledge, 2012. doi: 10.4324/9780203844175

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**. The triple bottom line of 21st century. Capstone: London, 1997.

FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; VALLE, L. B.; SPADOTTO, C. A.; LOVISI FILHO, E. Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil Gestão Territorial: Campinas, 2017. 5 p. Comunicado Técnico.

FEIL, A. A.; CYRNE, C. C. S.; SINDELAR, F. C. W.; BARDEN, J. E.; DALMORO, M. Profiles of sustainable food consumption: Consumer behavior toward organic food in southern region of Brazil. **Journal of Cleaner Production**, v. 258, p. 120690, 2020.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

FRANCIS, Allen; SARANGI, Gopal K. Sustainable consumer behaviour of Indian millennials: Some evidence. **Current Research in Environmental Sustainability**, v. 4, p. 100109, 2022

FROMMEYER, Britta; WAGNER, Elisa; HOSSIEP, C. Richard; SCHEWE, Gerhard. The utility of intention as a proxy for sustainable buying behavior—A necessary condition analysis. **Journal of Business Research**, v. 143, p. 201-213, 2022. doi: 10.1016/j.jbusres.2022.01.041

FUCHS, Doris A.; LOREK, Sylvia. Sustainable consumption governance: A history of promises and failures. **Journal of Consumer Policy**, v. 28, n. 3, p. 261-288, 2005. doi: 10.1007/s10603-005-8490-z

FUCHS, Doris. Sustainable consumption. In: *FALKNER, Robert (org.). The Handbook of Global Climate and Environment Policy*. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd. 2013. p. 215-230.

GALATI, A.; ALAIMO, L. S.; CIACCIO, T.; VRONTIS, D.; & FIORE, M. Plastic or not plastic? That's the problem: Analysing the Italian students purchasing behavior of mineral water bottles made with eco-friendly packaging. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 179, p. 106060, 2022.

GANGLMAIR-WOOLISCROFT, Alexandra; WOOLISCROFT, Ben. An investigation of sustainable consumption behavior systems—Exploring personal and socio-structural characteristics in different national contexts. *Journal of Business Research*, v. 148, p. 161-173, 2022.

GASPER, Des; SHAH, Amod; TANKHA, Sunil. The framing of sustainable consumption and production in SDG 12. *Global Policy*, v. 10, p. 83-95, 2019. doi: 10.1111/1758-5899.12592

GARCIA, Alvaro Castano; AMBROSE, Aimee; HAWKINS, Anna; PARKES, Stephen. High consumption, an unsustainable habit that needs more attention. *Energy Research & Social Science*, v. 80, p. 102241, 2021.

GENG, Duanyang; LIU, Junjun; ZHU, Qinghua. Motivating sustainable consumption among Chinese adolescents: An empirical examination. *Journal of Cleaner Production*, v. 141, p. 315-322, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAESER, Edward L.; KAHN, Matthew E. The greenness of cities: Carbon dioxide emissions and urban development. *Journal of urban economics*, v. 67, n. 3, p. 404-418, 2010.

GREBITUS, Carola; PRINTEZIS, Iryna; PRINTEZIS, Antonios. Relationship between consumer behavior and success of urban agriculture. *Ecological Economics*, v. 136, p. 189-200, 2017.

GOYAL, Shivam; GARG, Dixit; LUTHRA, Sunil. Analyzing critical success factors to adopt sustainable consumption and production linked with circular economy. *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, n. 4, p. 5195-5224, 2022. doi: 10.1007/s10668-021-01655-y

HASBULLAH, Nornajihah Nadia; SULAIMAN, Zuraidah; MAS'OD, Adaviah; SUGIRAN, Hanis Syuhada Ahmad. Drivers of Sustainable Apparel Purchase Intention: An Empirical Study of Malaysian Millennial Consumers. *Sustainability*, v. 14, n. 4, p. 1945, 2022.

HAUSLBAUER, Andrea Lucia; SCHADE, Jens; DREXLER, Corinna Emmely; PETZOLDT, Tibor Petzoldt. Extending the theory of planned behavior to predict and nudge toward the subscription to a public transport ticket. *European Transport Research Review*, v. 14, n. 1, p. 1-14, 2022.

HERTWICH, Edgar G.; PETERS, Glen P. Carbon footprint of nations: a global, trade-linked analysis. **Environmental science & technology**, v. 43, n. 16, p. 6414-6420, 2009.

HULT, Anna; BRADLEY, Karin. Planning for sharing—providing infrastructure for citizens to be makers and sharers. **Planning theory & practice**, v. 18, n. 4, p. 597-615, 2017.

HUSSAIN, I.; NAZIR, M.; HASHMI, S.B.; SHAHEEN, I.; AKRAM, S.; WASEEM, M.A.; ARSHAD, A. Linking green and sustainable entrepreneurial intentions and social networking sites; the mediating role of self-efficacy and risk propensity. **Sustainability**, v. 13, n. 13, p. 7050, 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>>. Acesso em 7 de jul. de 2022.

_____. Coordenação de Geografia. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: Ibge, 2020. 187 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. População e PIB das cidades médias crescem mais que no resto do Brasil. 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/32_release_pibdascidades.pdf>. Acesso em: 08 de jul. de 2022.

JACKSON, Tim. **Prosperity without growth: Economics for a finite planet**. Routledge, 2009.

JANIK, Agnieszka; RYSZKO, Adam; SZAFRANIEC, Marek. Scientific landscape of smart and sustainable cities literature: A bibliometric analysis. **Sustainability**, v. 12, n. 3, p. 779, 2020. doi: 10.3390/su12030779

KALAMAS, Maria; CLEVELAND, Mark; LAROCHE, Michel. Pro-environmental behaviors for thee but not for me: Green giants, green Gods, and external environmental locus of control. **Journal of Business Research**, v. 67, n. 2, p. 12-22, 2014. doi:10.1016/j.jbusres.2013.03.007

KANG, Alexandra S.; JAYARAMAN, K.; SOH, Keng Lin; WONG, Wai Peng. Social predictors and implementation intention of drivers to use public bus transport. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 30, n. 2, p. 307-328, 2019. doi: 10.1108/MEQ-07-2017-0070

KEMPEN, Regina; BETZLER, Shirin. More than a thousand words? The effect of photographic material on problem awareness and behavioral intentions regarding the sustainable consumption of mobile phones. **Cleaner and Responsible Consumption**, v. 3, p. 100018, 2021.

KISS, G.; PATAKI, G.; KÖVES, A.; KIRÁLY, G. Framing sustainable consumption in different ways: policy lessons from two participatory systems mapping exercises in Hungary. **Journal of Consumer Policy**, v. 41, n. 1, p. 1-19, 2018. doi: 10.1007/s10603-017-9363-y

KHALILI, Nasrin R.; MELARAGNO, Whynde; HADDADIAN, Ghazale. *Promoting sustainable consumption*. In: **Practical Sustainability**. Palgrave Macmillan, New York, 2011. p. 207-224.

Köhler, J.; Geels, F. W.; Kern, F.; Markard, J.; Onsongo, E.; Wieczorek, A.; Alkemade, Avelino, F.; Bergek, A.; Boons, F.; Fünfschilling, L.; Hess, D.; Holtz, G.; Hyysalo, S. Jenkins, K.; Kivimaa, P.; Martiskainen, M.; McMeekin, A.; ... Wellsu, P. An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. **Environmental innovation and societal transitions**, v. 31, p. 1-32, 2019.

LEBEL, Louis; LOREK, Sylvia. Enabling sustainable production-consumption systems. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 33, p. 241-275, 2008. doi: 10.1146/annurev.environ.33.022007.145734

LI, Guojing; HAN, Xinru; LUO, Qiyoua; ZHU, Wenbo; ZHAO, Jingd.. A study on the relationship between income change and the water footprint of food consumption in urban China. **Sustainability**, v. 13, n. 13, p. 7076, 2021.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface** (Porto Nacional), n. 05, 2012.

LIN, Yanan; MARJERISON, Rob Kim; CHOI, Jeonghwan; CHAE, Chungil. Supply Chain Sustainability during COVID-19: Last Mile Food Delivery in China. **Sustainability**, v. 14, n. 3, p. 1484, 2022.

LIU, Wenling; OOSTERVEER, Peter; SPAARGAREN, Gert. Promoting sustainable consumption in China: A conceptual framework and research review. **Journal of Cleaner Production**, v. 134, p. 13-21, 2016. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.10.124

LOREK, Sylvia; FUCHS, Doris. Strong sustainable consumption governance—precondition for a degrowth path?. **Journal of cleaner production**, v. 38, p. 36-43, 2013. doi: 10.1016/j.jclepro.2011.08.008

LOREK, Sylvia; VERGRAGT, Philip J. **Sustainable consumption as a systemic challenge: Inter-and transdisciplinary research and research questions**. In: Handbook of research on sustainable consumption. Edward Elgar Publishing, 2015. p. 19-32. doi: 10.4337/9781783471270

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.
https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/user_files/livros/arquivo/livro-lotta.pdf#page=12

MADDEN, Thomas J.; ELLEN, Pamela Scholder; AJZEN, Icek. A comparison of the theory of planned behavior and the theory of reasoned action. **Personality and social psychology Bulletin**, v. 18, n. 1, p. 3-9, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2001.
- MALHOTRA, Naresh; NUNAN, Daniel; BIRKS, David F. **Marketing research: an applied approach**. 5. ed. London: Prentice Hall, 2017.
- MEADOWCROFT, James. Who is in charge here? Governance for sustainable development in a complex world. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 9, n. 3-4, p. 299-314, 2007. doi: 10.1080/15239080701631544
- MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental impact assessment review**, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998. doi: 10.1016/S0195-9255(98)00019-5
- MICHAELIS, Laurie. The role of business in sustainable consumption. **Journal of Cleaner production**, v. 11, n. 8, p. 915-921, 2003. doi: 10.1016/S0959-6526(02)00160-9
- MICHELAM, L. D.; CORTESE, T. T. P.; YIGITCANLAR, T.; VILS, L. O desenvolvimento urbano baseado no conhecimento como estratégia para promoção de cidades inteligentes e sustentáveis. **Rev. Gest. Ambient. e Sust. - GeAS**, 9(1), 1-21, e18740, 2020. doi: 10.5585/geas.v9i1.18740
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. A3P - Agenda ambiental na administração pública. Brasília, 5.ed., 2009. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/acoes-ambientais/responsabilidade-socioambiental/agenda-ambiental-da-administracao-publica-a3p/cartilha_agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p.pdf>.
- MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. A importância da cidade média. Desafios do desenvolvimento - IPEA, ano 9. ed. 47. 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28>. Acesso em: 07 de jul. de 2022.
- MORONE, Piergiuseppe; FALCONE, Pasquale Marcello; LOPOLITO, Antonio. How to promote a new and sustainable food consumption model: A fuzzy cognitive map study. **Journal of cleaner production**, v. 208, p. 563-574, 2019. doi: 10.1016/j.jclepro.2018.10.075
- MUPOSHI, Asphat; MPINGANJIRA, Mercy; WAIT, Marius. Factors influencing the use of non-plastic reusable shopping bags: A cognitive-normative-habitual approach. **Australian Journal of Environmental Education**, v. 37, n. 3, p. 306-325, 2021. doi: 10.1017/aee.2021.9
- NASH, Hazel Ann. The European Commission's sustainable consumption and production and sustainable industrial policy action plan. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, n. 4, p. 496-498, 2009. doi: 10.1016/j.jclepro.2008.08.020
- NGUYEN, Ninh; GREENLAND Steven; LOBO, Antonio; NGUYEN, Hoang Viet. Demographics of sustainable technology consumption in an emerging market: The

significance of education to energy efficient appliance adoption. **Social Responsibility Journal**, 2019.

PALM, Jenny; SMEDBY, Nora; MCCORMICK, Kes. **The role of local governments in governing sustainable consumption and sharing cities**. In: A Research Agenda for Sustainable Consumption Governance. Edward Elgar Publishing, 2019.

PANZONE, L.; HILTON, D.; SALE, L.; COHEN, D.. Socio-demographics, implicit attitudes, explicit attitudes, and sustainable consumption in supermarket shopping. **Journal of Economic Psychology**, v. 55, p. 77-95, 2016.

PCS - Programa Cidades Sustentáveis. s.d.a. Disponível em:
<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>>. Acesso em: 22 set. 2022.

PCS - Programa Cidades Sustentáveis. Cidades signatárias. (s.d.b). Disponível em:
<<https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/cidades-signatarias>>. Acesso em: 22 set. 2022.

PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, NTE, 2018.

Portal A3P. A3P em números. s.d.a. Disponível em:
<<http://a3p.mma.gov.br/a3p-em-numeros/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

Portal A3P. Instituições parceiras. s.d.b. Disponível em:
<<http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Site oficial. 2022. Disponível em:
<<https://caxias.rs.gov.br/>>. Acesso em 7 de jul. de 2022.

PREFEITURA DE PASSO FUNDO. Site oficial. 2022. Disponível em:
<<https://www.pmpf.rs.gov.br/>>. Acesso em 7 de jul. de 2022.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL. Site oficial. 2022. Disponível em:
<<https://www.santacruz.rs.gov.br/>>. Acesso em 11 de jul. de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Site oficial. 2022. Disponível em:
<<https://www.santamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em 11 de jul. de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Site oficial. 2022. Disponível em:
<<https://www.pelotas.com.br/>>. Acesso em 11 de jul. de 2022.

PRESS, Melea. Developing a strong sustainability research program in marketing. **AMS Review**, v. 11, n. 1, p. 96-114, 2021. doi: 10.1007/s13162-020-00185-6

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. (s.d.). Disponível em:
<www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em 08 de set. 2022.

PROTHERO, Andrea; DOBSCHA, Suzan; FREUND, Jim; KILBOURNE, William E.; LUCHS, Michael G.; OZANNE, Lucie K.; THØGERSEN, John. Sustainable consumption:

- Opportunities for consumer research and public policy. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 1, p. 31-38, 2011.
- QU, Ying; LIU, Yu; WANG, Wenhua; CANG, Yaodong. Sustainability assessment of urban residential consumption in China megacity. *Environment, Development and Sustainability*, v. 23, n. 5, p. 7509-7523, 2021.
- RAMIREZ-RUBIO, Oriana; DAHER, Carolyn; FANJUL, Gonzalo; GASCÃO, Mireia; MULLER, Natália; PAJÍN, Leire; PLASENCIA, Antonio; ROJAS-RUEDAS, David; THONDOO, Meelan; NIEUWENHUIJSEN, Mark J. Urban health: an example of a “health in all policies” approach in the context of SDGs implementation. **Globalization and health**, v. 15, p. 1-21, 2019.
- REIKE, Denise; VERMEULEN, Walter JV; WITJES, Sjors. The circular economy: new or refurbished as CE 3.0?—exploring controversies in the conceptualization of the circular economy through a focus on history and resource value retention options. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 135, p. 246-264, 2018.
- ROBICHAUD, Zachary; YU, Hong. Do young consumers care about ethical consumption? Modelling Gen Z's purchase intention towards fair trade coffee. **British Food Journal**, 2021.
- ROUNDTABLE, Oslo. Part 1-The imperative of sustainable production and consumption'. Retrieved February, v. 17, p. 2019, 1994. Disponível em <<https://enb.iisd.org/consume/oslo004.html#top>>. Acesso em 22 mar. 2022.
- ROMERO-COLMENARES, Lina Marcela; REYES-RODRÍGUEZ, Juan Felipe. Sustainable entrepreneurial intentions: Exploration of a model based on the theory of planned behaviour among university students in north-east Colombia. **The International Journal of Management Education**, v. 20, n. 2, p. 100627, 2022.
- RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; DA SILVA, Luciano Ferreira. Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. *Gestão e Projetos: GeP*, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2019.
- SALA, S.; BENINI, L.; BEYLOT, A.; CASTELLANI, V.; CERUTTI, A.; CORRADO, S.; CRENNNA, E.; DIACONU, E.; SANYÉ-MENGUAL, E.; SECCHI, M.; SINKKO, T.; PANT, R. **Consumption and Consumer Footprint: methodology and results. Indicators and Assessment of the environmental impact of EU consumption**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, (ISBN 978-92-79-97256-0, doi:10.2760/98570, JRC 113607), 2019.
- SASTRE, Clara Gieure; DEL MAR BENAVIDES-ESPINOSA, María; RIBEIRO-SORIANO, Domingo. When intentions turn into action: pathways to successful firm performance. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 18, n. 2, p. 733-751, 2022.
- SCHMIDTHUBER, Lisa; INGRAMS, Alex; HILGERS, Dennis. Government openness and public trust: The mediating role of democratic capacity. **Public Administration Review**, v. 81, n. 1, p. 91-109, 2021.

SCHRÖDER, Patrick; VERGRAGT, Philip; BROWN, Halina Szejnwald; DENDLER, Leonie; GORENFLO, Neal; MATUS, Kira; QUIST, Jaco; RUPPRECHT, Christoph D. D.; TUKKER, Arnold; WENNERSTEN, Ronald. Advancing sustainable consumption and production in cities—A transdisciplinary research and stakeholder engagement framework to address consumption-based emissions and impacts. **Journal of Cleaner Production**, v. 213, p. 114-125, 2019. doi: 10.1016/j.jclepro.2018.12.050

SHAKER, Richard R.; SIRODOEV, Igor G. Assessing sustainable development across Moldova using household and property composition indicators. **Habitat International**, v. 55, p. 192-204, 2016.

SHARMA, Rasadhika; NGUYEN, Trung Thanh; GROTE, Ulrike. Changing consumption patterns—Drivers and the environmental impact. **Sustainability**, v. 10, n. 11, p. 4190, 2018.
SILVESTRE, Bruno S. Sustainable supply chain management in emerging economies: Environmental turbulence, institutional voids and sustainability trajectories. **International Journal of Production Economics**, v. 167, p. 156-169, 2015. doi: 10.1016/j.ijpe.2015.05.025

SILPA K.; YAO, L.; BHADA-TATA, P.; VAN WOERDEN, F. What a waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050. **World Bank Publications**, 2018. doi: 10.1596/978-1-4648-1329-0

SPANGENBERG, Joachim H. Institutional change for strong sustainable consumption: sustainable consumption and the degrowth economy. **Sustainability: Science, Practice and Policy**, v. 10, n. 1, p. 62-77, 2014. doi: 10.1080/15487733.2014.11908125

SPAARGAREN, Gert. Sustainable consumption: a theoretical and environmental policy perspective. **Society & Natural Resources**, v. 16, n. 8, p. 687-701, 2003.

TAYLOR, Shirley; TODD, Peter. Decomposition and crossover effects in the theory of planned behavior: A study of consumer adoption intentions. **International journal of research in marketing**, v. 12, n. 2, p. 137-155, 1995.

TOMISLAV, Klarin. The concept of sustainable development: From its beginning to the contemporary issues. **Zagreb International Review of Economics & Business**, v. 21, n. 1, p. 67-94, 2018. doi: 10.2478/zireb-2018-0005

TSENG, Shih-Chang; HUNG, Shiu-Wan. A framework identifying the gaps between customers' expectations and their perceptions in green products. **Journal of cleaner production**, v. 59, p. 174-184, 2013. doi: 10.1016/j.jclepro.2013.06.050

TUKKER, Arnold; COHEN, Maurie J.; HUBACEK, Klaus; MONT, Oksana. The impacts of household consumption and options for change. **Journal of Industrial Ecology**, v. 14, n. 1, p. 13-30, 2010. doi: 10.1111/j.1530-9290.2009.00208.x

TUKKER, Arnold; COHEN, Maurie J.; ZOYSA, Uchita; HERTWICH, Edgar; HOFSTETTER, Patrick; INABA, Atsushi; LOREK, Sylvia; STØ, Eivind. The Oslo Declaration on Sustainable Consumption. **Journal Of Industrial Ecology**, v. 10, n. 1-2, p. 9-14, 8 fev. 2008. doi: g/10.1162/108819806775545303.

TUNN, V. S. C.; BOCKEN, N. M. P.; HENDE, E. A. van den; SCHOORMANS, J. P. L. Business models for sustainable consumption in the circular economy: An expert study. **Journal of cleaner production**, v. 212, p. 324-333, 2019.

UN Environment Programme. Issue brief SDG 12. (s.d.) Disponível em: <<https://wesr.unep.org/article/goal-12-0>>. Acesso em 14 de jun. 2022.

UN General Assembly Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development A/RES/70/1. 2015. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1654217>>. Acesso em 08 de set. 2022.

UNITED NATIONS (UN). Sustainable Development Goals: Goal 12 - Ensure sustainable consumption and production patterns. 2020. Disponível em: <www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-consumption-production/>. Acesso em 19 de ago. 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). **The 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production**. 2013. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/944brochure10yfp.pdf>>. Acesso em 30 de maio de 2022.

VALENTIN, Alvin Patrick M. Predicting sustainable consumption of package-free bath products among students in higher education institutions. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 2021. doi: 10.1108/IJSHE-01-2021-0017

VENGHAUS, Sandra; HENSELEIT, Meike; BELKA, Maria. The impact of climate change awareness on behavioral changes in Germany: changing minds or changing behavior?. **Energy, Sustainability and Society**, v. 12, n. 1, p. 1-11, 2022. doi: 10.1186/s13705-022-00334-8

VERGRAGT, Philip J.; DENDLER, Leonie; JONG, Martin de; MATUS, Kira. Transitions to sustainable consumption and production in cities. **Journal Of Cleaner Production**, v. 134, p. 1-12, out. 2016. doi: 10.1016/j.jclepro.2016.05.050.

VUKOVIC, Natalia A.; LARIONOVA, Viola A.; MORGANTI, Pierfrancesco. Smart Sustainable Cities: Smart Approaches and Analysis. **Economy of Region**, v. 17, n. 3, p. 1004-1013, 2021. doi: 10.17059/ekon.reg.2021-3-20

WAAS, Tom; HUGÉ, Jean; VERBRUGGEN, Aviel; WRIGHT, Tarah. Sustainable development: A bird's eye view. **Sustainability**, v. 3, n. 10, p. 1637-1661, 2011. doi: 10.3390/su3101637

WCED (World Commission on Environment and Development). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. 1987.

WANG, Bairong; LI, Yong. Consumers' Intention to Bring a Reusable Bag for Shopping in China: Extending the Theory of Planned Behavior. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 6, p. 3638, 2022. doi: 10.3390/ijerph19063638

WANG, Chao; GHADIMI, Pezhman; LIM, Ming K.; TSENG, Ming-Lang. A literature review of sustainable consumption and production: A comparative analysis in developed and developing economies. **Journal of Cleaner Production**, v. 206, p. 741-754, 2019. doi: 10.1016/j.jclepro.2018.09.172

WOLFF, Franziska; SCHÖNHERR, Norma. The impact evaluation of sustainable consumption policy instruments. **Journal of Consumer Policy**, v. 34, n. 1, p. 43-66, 2011.

World Bank. Final consumption expenditure (current US\$) World. 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.TOTL.CD>>. Acesso em 30 de maio de 2022.

YANG, Shu; CHENG, Peng; WANG, Shanyong; LI, Jun Li. Towards Sustainable Cities: The Spillover Effects of Waste-Sorting Policies on Sustainable Consumption. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 20, p. 10975, 2021. doi: 10.3390/ijerph182010975

YANG, Zhongzhen; LIAN, Feng; CHEN, Dongxu. Impacts of Public Bicycles on Young People's Travel Mode Choices with Consideration of Chosen Intentions. **Journal of Urban Planning and Development**, v. 148, n. 2, p. 05022007, 2022.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso Editora, 2016.